

Especial

Meio ambiente entra no radar dos eleitores

PÁGINA 5

SEGUNDA TURMA

Gilmar critica condução do caso Master por Luiz Fux

O ministro Gilmar Mendes, decano do Supremo Tribunal Federal, formalizou em ofício, ontem, questionamentos sobre a condução, na 2ª Turma da Corte, da decisão sobre o afastamento do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues. O decano acusou uma “condução indevida dos trabalhos” pelo presidente da Segunda Turma, ministro Luiz Fux, devido ao tempo exíguo, de 22 minutos, entre a comunicação ao gabinete da convocação e o início de uma sessão do colegiado para referendar a decisão de Mendonça. “Não é razoável esperar que, nesse intervalo, um julgador examine os autos, compreenda a extensão da medida e forme convicção segura sobre a sua legitimidade”, escreveu Mendes. **PÁGINA 7**

IRM

MP prende ex-procurador do Instituto Rio Metrópole

O Ministério Público do RJ cumpriu, na quarta-feira, nova prisão preventiva contra Marcelo Lopes da Silva, ex-procurador-geral do Instituto Rio Metrópole (IRM), denunciado na Operação Ouroboros. Marcelo foi preso na primeira fase da operação, mas teve a prisão preventiva revogada pela Justiça por força de um habeas corpus. A nova ordem foi decretada pela 1ª Vara Especializada em Organização Criminosa da Capital após a análise do celular apreendido com o acusado revelar novos indícios de corrupção e lavagem de dinheiro. De acordo com o Grupo de Atuação Especializada de Defesa da Integridade e Repressão à Sonegação Fiscal do MPRJ, Marcelo orientou a então companheira, Thays Pinho Carneiro. **PÁGINA 5**

FGV

Economia recua 0,4% de junho para julho

A economia brasileira recuou 0,4% na passagem de junho para julho, segundo estimativa do Monitor do PIB, estudo mensal elaborado pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getulio Vargas (FGV), divulgado ontem. Julho foi o segundo mês seguido de variação negativa. Em junho, a retração ficou em 1%. A pesquisa faz estimativas sobre o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB), indicador do conjunto de todos os bens e serviços

produzidos no país, reunindo dados da indústria, comércio, serviços e agropecuária. A análise passa por ajuste sazonal, isto é, são eliminados os efeitos sazonais e de calendário, de forma que seja possível comparar períodos diferentes. Em relação com o mesmo mês de 2025, julho de 2026 apresenta alta de 1,3%. No acumulado de 12 meses, a variação é positiva em 1,8%. Em junho, o acumulado era 2,2%. **PÁGINA 2**

INFLAÇÃO

Governo reajusta Bolsa Família em 15%; valor será de R\$ 691,00



REPRODUÇÃO

O benefício pago pelo programa Bolsa Família será reajustado em 15%. O aumento corresponde à variação inflacionária registrada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) entre março de 2023 e agosto de 2026. Com isso, o valor mínimo do benefício ficará em R\$ 691. Já o valor médio pago chegará a R\$ 777. A atualização dos valores está prevista na legislação do Bolsa Família e busca preservar o poder de compra das famílias beneficiárias, de acordo com o governo. O decreto que reajusta os valores foi assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) ontem e publicado em edição extra do Diário Oficial da União. Ele entra em vigor na data da publicação, mas produzirá efeitos financeiros a partir de 1º de outubro. O decreto eleva, de cerca de R\$ 600, para R\$ 691 o valor mínimo garantido às famílias beneficiárias. Também reajusta para R\$ 164 o Benefício de Renda de Cidadania, pago por integrante da família; para R\$ 173 o Benefício Primeira Infância; e para R\$ 58 o Benefício Variável Familiar. Durante a cerimônia de assinatura do decreto, no Palácio do Planalto, o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Bruno Moretti, informou que a correção teve como referência a inflação acumulada de 15,04% medida pelo INPC no período. Segundo Moretti, a atualização busca preservar o poder de compra das famílias beneficiárias. **PÁGINA 3**

SÃO PAULO



ALEJANDRO ZAMBRANA/STF

Dino manda PF apurar elo entre Vorcaro e cemitérios

O ministro Flávio Dino (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que a Polícia Federal (PF) apure indícios de crime em operações do Banco Master com empresas concessionárias de cemitérios da Prefeitura de São Paulo. No despacho publicado ontem, Dino também deu ciência ao presidente da Corte, Edson Fachin, sobre a citação do ministro André Mendonça nos indícios apresentados e pediu que ele tome as providências cabíveis. Dino, porém, vedou qualquer investigação sobre o colega. "Esclareço ser vedado qualquer ato investigativo, que possa atingir o Exmo. Ministro André Mendonça, pois este encaminhamento compete exclusivamente ao Presidente do STF junto ao Colegiado", afirmou. **PÁGINA 7**

INDICADORES

IBOVESPA (-0,51%) / 185.547,66 / -954,98 / Volume: 72.581.191.376 / Negócios: 3.784.728									Bolsas no mundo			Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	-0,22% (ago.)	EURO turismo		
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento			%	Ufir-RJ	R\$ 4,9604	IPCA	-0,32% (ago.)	Compra 5,9766	Venda: 6,1566
	Preço	% Oscil.		Preço	% Oscil.		Preço	% Oscil.										
PETR4	48,65	-3,53	-1,78	RCSL3F	0,57	+42,50	+0,17	BRKM5F	4,54	-15,30	-0,82	Dow Jones	51.461,9	-1,21	Taxa Selic		CDI	
VALE3	73,00	-2,14	-1,60	HETA4	6,35	+24,51	+1,25	BRKM5	4,53	-15,17	-0,81	S&P 500	7.551,81	-0,45	(16/09)		(16/09)	13,65%
PMAM3	0,42	+7,69	+0,03	ESTR4	1,79	+18,54	+0,28	HETA4F	4,19	-12,89	-0,62	US Tech 100	28.275,2	+0,33	TR		OURO	
CSAN3	3,65	+3,11	+0,11	TXRX4F	2,01	+18,24	+0,31	ENMT4	37,24	-11,21	-4,70	Euronext 100	1.887,08	+0,54	(16/09)	0,1690%	BM&F/grama/RJ	R\$ 710,80
COGN3	2,35	-1,67	-0,04	RCSL3	0,52	+18,18	+0,08	GFSA3F	0,25	-10,71	-0,03	CAC 40	8.140,59	+0,62	Poupança		EURO Comercial	
												FTSE 100	10.688,47	+0,28	(16/09)	0,6698%	Compra: 5,9087	Venda: 5,9093
																	Compra: 5,1751	Venda: 5,3551

MERCADOS

Bolsa perde força, mas sobe com demanda por risco no exterior

JULIANA MACHADO/AE

Amparado pelo movimento de maior propensão à tomada de risco no exterior, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) terminou o pregão em alta (+0,24%, aos 185.992,03 pontos), ainda que tenha perdido força nos minutos finais da sessão e se afastado da máxima em 186.885,23 pontos por conta de um ajuste.

A bolsa começou o dia com tom bem mais negativo pelo anúncio de reajuste do Bolsa Família, com impacto fiscal relevante a partir do ano que vem, mas o bom humor nas praças globais levou o índice a se manter em campo positivo no período da tarde.

A maioria dos papéis das maiores empresas da B3 terminou o dia no azul. Mesmo em dia de petróleo em queda, a Petrobras segurou um desempenho perto da estabilidade, enquanto a Vale subiu mais de 2%. O giro no dia foi de R\$ 18 bilhões. O Ibovespa (Índice Bovespa) cai 0,65% na semana até agora, mas o oti-

mesmo com as eleições segue motivando a alta do indicador, que acumula ganhos de 4,83% no mês; no ano, o avanço é de 15,4%.

O movimento favorável a mercados de maior risco é reforçado pelo comportamento do EEM, maior ETF ligado a ações emergentes negociado em Nova York, que subiu quase 2% no dia.

DÓLAR

Após uma arrancada no fim da manhã com o anúncio do reajuste de 15% no Bolsa Família pelo governo Lula, o dólar perdeu fôlego ao longo da tarde e encerrou a sessão de ontem, em leve queda, abaixo da linha de R\$ 5,15.

Na gangorra cambial, a divisa chegou a descer até a mínima de R\$ 5,1258 no início dos negócios, para depois alçar voo até R\$ 5,1768 pouco antes das 11h. Após girar ao redor da estabilidade ao longo da tarde, fechou em baixa de 0,23%, a R\$ 5,1393, mas ainda sobe no acumulado da semana (0,27%).

AGRICULTURA

Produção agrícola brasileira superou R\$ 927 bi em 2025

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

Após ter sofrido com condições climáticas desfavoráveis em 2024, a agricultura do Brasil chegou a 345,4 milhões de toneladas de cereais, leguminosas e oleaginosas em 2025. O volume supera em 18,2% o registrado no ano anterior, quando a produção foi prejudicada por efeitos do fenômeno El Niño.

O valor da produção, que combina o volume físico produzido com os preços praticados na venda, foi de R\$ 927,2 bilhões, um salto de 18,4% na comparação com 2024.

Os valores são em moeda corrente do ano de cada pesquisa, ou seja, não estão corrigidos pela inflação. O montante de 2025 é o maior, pelo menos, desde quando o Plano Real foi criado, em 1994.

Os dados fazem parte da Produção Agrícola Municipal (PAM), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

AVANÇO DE ÁREA

O levantamento mostrou também que, pela primeira vez, o Brasil rompeu a marca de 100 milhões de hectares de área colhida. Os 100,6 milhões de 2025 representam avanço de 4,4% na comparação com o ano anterior.

A área equivale a 1 milhão de quilômetros quadrados (km²), maior que todo o estado do Mato Grosso (903,2 mil km²) ou a quase toda a Bolívia (1,10 milhão km²).

SOJA

Segundo o levantamento, a soja representou mais de um terço (34%) do valor da produção agrícola brasileira (R\$ 315,2 bilhões), desempenho

que mantém o Brasil como o maior produtor e exportador do mundo.

A safra de soja cresceu 14,4% em um ano, alcançando 165,2 milhões de toneladas, isto é, 20,8 milhões a mais que 2024.

O IBGE explica que o cenário internacional contribuiu para a manutenção do preço da soja.

“A conjuntura mostra que a guerra tarifária entre Estados Unidos e China fez com que o país asiático aumentasse a procura pelo grão de soja do Brasil, mantendo os preços internos da commodity estáveis ao longo dos últimos meses do ano”.

O IBGE aponta que avanços tecnológicos na produção ajudaram a produção de algodão a crescer 16,4% em um ano e chegar a 6 milhões de toneladas, permitindo que o Brasil se tornasse o maior exportador mundial do produto.

“Resultado de investimentos em tecnologia, sustentabilidade e eficiência produtiva, principalmente no Cerrado brasileiro, tendo como destaque o Mato Grosso”, afirma.

“Essa conquista não apenas fortalece a economia, gerando bilhões em divisas e milhares de empregos diretos e indiretos, como também posiciona o país como referência global em práticas agrícolas modernas e competitivas, ampliando sua influência nos mercados têxtil e de commodities [matérias-primas negociadas em preços internacionais], completa.

O levantamento mostra que o valor da produção do café subiu 44,7%, ficando em quase R\$ 100 bilhões. A produção atingiu 3,4 milhões de toneladas, alta de 3%, limitada por fatores climáticos e naturais, como exaurimento das plantas.

FGV

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A economia brasileira recuou 0,4% na passagem de junho para julho, segundo estimativa do Monitor do PIB, estudo mensal elaborado pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getulio Vargas (FGV), divulgado ontem.

Julho foi o segundo mês seguido de variação negativa. Em junho, a retração ficou em 1%.

A pesquisa faz estimativas sobre o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB), indicador do conjunto de todos os bens e serviços produzidos no país, reunindo dados da indústria, comércio, serviços e agropecuária.

A análise passa por ajuste sazonal, isto é, são eliminados os efeitos sazonais e de calendário, de forma que seja possível comparar períodos diferentes.

Em relação com o mesmo

mês de 2025, julho de 2026 apresenta alta de 1,3%. No acumulado de 12 meses, a variação é positiva em 1,8%. Em junho, o acumulado era 2,2%.

CENÁRIO “DESAFIADOR”

A economista Juliana Trece, coordenadora da pesquisa, aponta que o resultado reflete “o enfraquecimento das três grandes atividades econômicas, com retração da agropecuária e estagnação da indústria e dos serviços”.

Ela classifica o cenário externo como “desafiador”, por causa da elevação das tarifas dos Estados Unidos impostas a parte das exportações brasileiras e da alta do preço do petróleo, motivada pela guerra no Oriente Médio.

No cenário doméstico, Trece lista obstáculos como o os juros elevados e o endividamento das famílias.

DESEMPENHOS

De acordo com o estudo, o

consumo das famílias, que representa mais de 60% do PIB, cresceu 0,4% no trimestre móvel até julho. A taxa é a menor desde o trimestre móvel terminado em outubro de 2025 (0,2%).

A FGV utiliza bases trimestrais de comparação “por apresentar menor volatilidade que as taxas mensais e aquelas ajustadas sazonalmente, permitindo melhor compreensão da trajetória”.

A chamada Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), indicador que mede o investimento na economia, como compras de máquinas e equipamentos, teve expansão de 1,4% no trimestre móvel até julho. Foi a quarta expansão seguida.

De acordo com a FGV, em valores correntes, o PIB acumulado até julho é estimado em R\$ 7,853 trilhões.

RESULTADO OFICIAL

O Monitor do PIB é um dos estudos que servem como termômetro da economia brasilei-

ra. Outro levantamento é o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), divulgado na quarta-feira, que indicou recuo de 0,2% em julho na comparação com junho. O BC projeta que houve expansão de 1,5% em 12 meses.

O resultado oficial do PIB é apresentado trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No último dia 1º, o instituto divulgou que o PIB do segundo trimestre variou 0,5% em relação ao segundo trimestre. Em 12 meses, alta foi de 1,9%.

O resultado do terceiro trimestre será conhecido apenas em 2 de dezembro.

EXPECTATIVA

O relatório Focus da última segunda-feira, sondagem do Banco Central (BC) com instituições do mercado financeiro, estima que a economia brasileira vai terminar 2026 com alta de 1,89%.

PROGRAMA

Brasil Soberano 3 começa a receber pedidos de empréstimos de empresas

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

Empresas afetadas pelo tarifaço americano e por impactos da guerra no Oriente Médio já podem se habilitar a empréstimos do Plano Brasil Soberano, que disponibiliza R\$ 22,6 bilhões em crédito.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) abriu ontem o protocolo para empresários se habilitarem aos financiamentos.

O programa inclui também empresas de setores considerados indispensáveis, como fertilizantes e minerais críticos.

O pacote de crédito é formado por R\$ 13,5 bilhões em recursos do Tesouro Nacional e R\$ 9,1

bilhões do BNDES, banco estatal ligado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

TERCEIRA FASE

Essa é a terceira fase do programa, iniciado em meados de 2025. O programa surgiu como apoio do governo brasileiro após os Estados Unidos terem sobretaxado exportadores brasileiros.

A segunda versão foi lançada em março de 2026, incluindo negócios afetados pela guerra no Oriente Médio.

Na terceira fase, três grupos de empresas têm direito ao crédito, conforme portaria do governo:

- Grupo 1: exportadoras de

- bens (e fornecedores) afetadas pelo tarifaço dos EUA
- Grupo 2: setores industriais relevantes para o comércio exterior ou identificados como estratégicos para a transição para uma economia de baixo carbono.
- Grupo 3: exportadoras de bens (e seus fornecedores) para países do Golfo Pérsico (Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Irã, Iraque, Kuwait e Omã)

Integram o grupo 2 empresas de ramos como o têxtil, químico, farmacêutico, automotivo, minerais críticos e de máquinas e equipamentos.

CONDIÇÕES

Para o grupo de afetados pelo

tarifaço ou conflito no Oriente Médio, é preciso cumprir condicionantes, como pelo menos 1% do faturamento vindo do comércio com os países envolvidos.

Empresários podem verificar a elegibilidade da empresa por meio do site do programa.

Os financiamentos são direcionados para capital de giro, aquisição de máquinas e equipamentos, e projetos de investimentos.

Os juros cobrados variam de 4,3% a 17,5% ao ano. As condições dependem de fatores como porte da empresa e destinação dos recursos.

Os detalhes e a forma de habilitação para o crédito podem ser consultados no site do BNDES.

CONCESSÃO

Governo planeja ter leilão dos portos de Mucuripe, de Salvador e Itaqui

JOÃO CAIRES/AE

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, afirmou ontem, que o governo federal ainda planeja a realização dos leilões dos terminais portuários de Mucuripe (CE), de Salvador (BA) e de Itaqui (MA).

"Ainda este ano teremos alguns ativos que estarão na B3, provavelmente no Porto de Mucuripe, de Salvador e de Itaqui e mais um grande pipeline aprovado e enviado para a Antaq para o próximo ciclo", afirmou durante fala na abertura do Sul Export.

A expectativa da Pasta é utilizar os certames para atrair investimentos privados voltados à ampliação da capacidade operacional, modernização de instalações e aumento da eficiência



JONILTONLIMA/MPOR

ciência logística dos portos organizados.

O terminal de Mucuripe está

localizado em uma área considerada estratégica para a movimentação de combustíveis e

granéis líquidos no Nordeste. O porto também é utilizado para operações de apoio à cadeia de petróleo e gás e para movimentação de cargas destinadas ao mercado regional.

Já o Porto de Salvador é um dos principais corredores logísticos da Bahia, com operações voltadas para contêineres, carga geral e apoio ao comércio exterior. O complexo tem papel relevante no escoamento da produção industrial e agrícola do Estado.

Em Itaqui, o governo busca ampliar a capacidade de um dos principais portos públicos do Arco Norte. O complexo é considerado estratégico para o escoamento de grãos, combustíveis e outras cargas destinadas tanto ao mercado interno quanto às exportações.



INFLAÇÃO

Governo Lula reajusta Bolsa Família em 15%

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

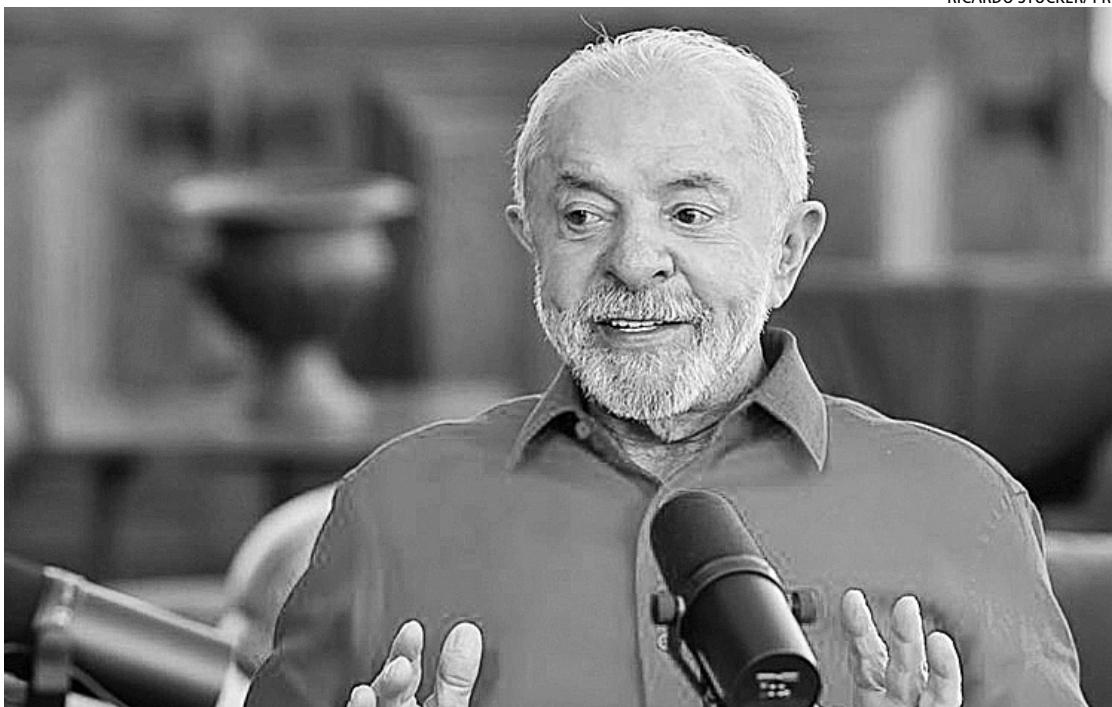
O benefício pago pelo programa Bolsa Família será reajustado em 15%. O aumento corresponde à variação inflacionária registrada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IN-PC) entre março de 2023 e agosto de 2026.

Com isso, o valor mínimo do benefício ficará em R\$ 691. Já o valor médio pago chegará a R\$ 777.

A atualização dos valores está prevista na legislação do Bolsa Família e busca preservar o poder de compra das famílias beneficiárias, de acordo com o governo.

O decreto que reajusta os valores foi assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ontem e publicado em edição extra do Diário Oficial da União. Ele entra em vigor na data da publicação, mas produzirá efeitos financeiros a partir de 1º de outubro.

O decreto eleva, de cerca de R\$ 600, para R\$ 691 o valor mínimo garantido às famílias beneficiárias. Também reajusta para R\$ 164 o Benefício de Renda de Cidadania, pago por integrante da família; para R\$ 173 o Benefício Primeira Infância; e para R\$



RICARDO STUCKER/PR

58 o Benefício Variável Familiar.

Durante a cerimônia de assinatura do decreto, no Palácio do Planalto, o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Bruno Moretti, informou que a correção teve como referência a inflação acumulada de 15,04% medida pelo INPC no período.

Segundo Moretti, a atualização busca preservar o poder de compra das famílias beneficiá-

rias. Pelos cálculos apresentados pelo governo, o benefício médio do programa passará de R\$ 675 para R\$ 777, uma elevação nominal próxima de R\$ 100 por família.

RENDA

Também durante a solenidade, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que a reposição dos valores busca evitar per-

das provocadas pela inflação e, dessa forma, garantir que as famílias mais vulneráveis não enfrentem insegurança alimentar.

Durigan também apresentou projeções para 2027. Segundo ele, o programa deverá representar entre 1,2% e 1,25% do Produto Interno Bruto (PIB), abaixo do patamar de cerca de 1,5% observado na transição entre 2022 e 2023.

DARIO DURIGAN

Discussão de juro alto há décadas ocorre por problemas estruturais

EDUARDO LAGUNA E FRANCISCO CARLOS DE ASSIS/AE

O secretário-executivo do ministério da Fazenda, Rogério Ceron, disse ontem, que o Brasil convive há décadas com taxa de juro real elevada por razões estruturais, e não apenas por fatores conjunturais, relacionados à política fiscal do governo. "Provavelmente temos alguma característica estrutural, inclusive na nossa dinâmica jurídica e institucional, que faz com que a taxa de juros real seja mais alta do que a média internacional", comentou.

Ele frisou que o componente fiscal pesa, mas não esgota a explicação para os juros altos do País.

As declarações foram dadas durante congresso da Apimec, associação dos analistas e profissionais de investimento do mercado de capitais.

"A previsibilidade em relação ao futuro fiscal traz um componente que adiciona. Mas a Ana Paula colocou questões que também são estruturais e pouco discutidas", disse Ceron, ao comentar as avaliações da ex-secretária do Tesouro Ana Paula Vescovi, que havia participado do debate imediatamente anterior à sua fala no congresso.

Ceron afirmou que um aspecto "muitas vezes negligenciado" nesse debate é a baixa formação de poupança no Brasil. Em países que convivem com juros reais mais baixos, ressaltou, os planos de previdência complementar e os fundos de pensão mais robustos ajudam a ampliar a poupança de longo prazo e a reduzir o custo do capital.

O secretário-executivo defendeu que a discussão previdenciária precisa ganhar espaço e deixar de ser um tabu, sobretudo diante do envelhecimento acelerado da população. "Temos de naturalizar essas discussões, porque um país equilibrado precisa, de fato, ter um sistema previdenciário minimamente sustentável", disse, ao apontar que mudanças demográficas aumentam a pressão sobre o sistema e podem ampliar a rigidez do orçamento, já comprometido por despesas obrigatórias.

Ao relacionar os temas, Ce-

ron avaliou que o Brasil frequentemente compara seus juros reais com os de outros países sem levar em conta diferenças na poupança. "Falamos muito de comparação de taxa de juros real com outros países comparáveis e não olhamos para a poupança, especialmente a poupança de longo prazo, cujo nível aqui é muito distinto", observou.

Para ele, enfrentar essas distorções - combinando previsibilidade fiscal, melhor institucional e fortalecimento da poupança de longo prazo - é parte do caminho para reduzir estruturalmente o custo do capital.

'CERTA HIPROCRISIA'

O secretário-executivo do ministério da Fazenda disse ainda que há "certa hipocrisia" no debate fiscal no Brasil. Ao contrário da política monetária, a política fiscal, pontuou, não dispõe de instrumentos automáticos ou operacionais para garantir o cumprimento de metas para as contas públicas. "Há metas estabelecidas, mas praticamente não tem mecanismos disponíveis, automáticos ou à disposição do gestor, para poder atingir aqueles objetivos", comentou o secretário, ao defender que o País avance na construção de ferramentas que deem previsibilidade ao ajuste fiscal.

Segundo Ceron, é necessário validar mecanismos que permitam à autoridade fiscal perseguir as metas com maior efetividade, como a adoção de gatilhos que gerem resultados de forma mais rápida. "Não adianta discutir muito se a sociedade não validar um conjunto de instrumentos para que a autoridade fiscal possa atingir seus objetivos", afirmou.

Para ele, sem essa validação, o debate tende a se repetir sem gerar a entrega de resultados necessários no horizonte de longo prazo.

O secretário-executivo ressaltou que a discussão sobre política monetária e política fiscal é assimétrica no Brasil. Isso porque enquanto o Banco Central (BC) tem recebido, cada vez mais, instrumentos e autonomia para conduzir juros e buscar seus objetivos, o mesmo não ocorre no campo fiscal.

TERRAS RARAS

Lula sobre exigências dos EUA em minerais críticos: Não foi discutido

GABRIEL MÁXIMO E GABRIEL DE SOUSA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) negou ontem, que seu governo tenha discutido com os Estados Unidos sobre a exigência feita pelos americanos para ter conhecimento prévio sobre a venda de ativos de mineração, inclusive minerais críticos, com o objetivo de firmar um acordo sobre o tarifação.

Em entrevista à Rádio Itatiaia, em Montes Claros (MG), Lula afirmou que a proposta é um "do-

cumento velho" e não foi considerada. "Esse documento que foi publicado hoje (quinta-feira) é um documento velho, que já estava no nosso arquivo morto, porque foi a primeira comunicação que nós recebemos e recusamos. Nem discutimos o documento, porque era inaceitável o documento de um país querer ter prioridade na riqueza mineral do nosso País. Esse documento não foi discutido, não será discutido e não está sendo discutido."

O presidente disse ainda não compreender porque a proposta

foi revelada no dia seguinte à sanção da lei que estabelece a política nacional para exploração dos minerais críticos e voltou a defender que o beneficiamento desses recursos seja feito no País.

O Estadão revelou nesta quinta-feira que a primeira proposta de acordo americana, apresentada em 16 de outubro de 2025, continha exigências de garantias relacionadas à liberdade de expressão e à aplicação de sanções financeiras determinadas pelo Tesouro americano, em território brasileiro. O documento a que o

Estadão teve acesso detalha também como os americanos pretendiam obter vantagens no setor de minerais críticos do Brasil e em outros segmentos econômicos.

"Na regulação, a gente não está proibindo a participação de empresas estrangeiras, mas a condição sine qua non para vir fazer investimento aqui no Brasil é saber que o processo tem que ser transformado no Brasil, o produto de valor agregado feito no Brasil para a gente exportar valor agregado e não exportar apenas minério", destacou o presidente Lula.

CUBA

Governo Trump amplia sanções contra empresas do níquel e centros militares

LAÍS ADRIANA/AE

O governo dos EUA anunciou ontem, novas sanções contra Cuba, mirando empresas estatais ligadas ao setor de níquel e estruturas associadas ao desenvolvimento de capacidades militares. Em declaração, o secretário de Estado, Marco Rubio,

afirmou que o regime cubano concentra recursos do país nas mãos de uma elite militar e direciona receitas da exploração mineral para sustentar o aparato de segurança.

De acordo com o Departamento de Estado, foram sancionados 11 alvos, entre oito entidades e três dirigentes militares.

No campo da defesa, a lista inclui quatro organizações descritas como voltadas a pesquisa, desenvolvimento e produção para as Forças Armadas cubanas, abrangendo atividades como simuladores e treinamento, projetos navais, modernização de armamentos de infantaria e fabricação de eletrônicos e co-

municações: SIMPRO, CIDNAV, CIDAI e GELCOM. Também foram incluídos três oficiais apresentados como responsáveis por essas estruturas: Joaquin Francisco Cancio Monteagudo, Dioglis Pedrera Arguello e Julio Hurtado Betancourt.

No eixo econômico, Washington mirou o que chamou de cadeia de exploração do níquel, apontada como fonte de moeda forte para o governo cubano. Entraram na relação SERCONI, CEPRONIQUEL, CEDINIQ e PINARES S.A., citadas como prestadoras de serviços ao setor.

Elovias S.A.
CNPJ/MF nº 61.887.207/0001-14
Licença de Instalação
A **Elovias S.A.**, CNPJ nº 61.887.207/0001-14, torna público que requereu ao **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis** – IBAMA, a Renovação da **Licença de Instalação (LI)** nº 843/2011, com validade até 18/01/2027, para a atividade de executar as obras de implantação da Nova Subida da Serra, entre os km 82 e km 102 da BR-040/RJ, situada no endereço: Rua Almirante Grenfall, 405, Bloco Vermelho, 2º e 3º andares, Bairro: Vila São Luiz. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas normas do órgão ambiental.

COOPERATIVA DOS MOTOCICLISTAS AUTÔNOMOS SANTUR EXPRESS LTDA.
CNPJ: 14.732.940/0001-80 - NIRE: 33.4.0005171-8
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
O Presidente da COOPERATIVA DOS MOTOCICLISTAS AUTÔNOMOS SANTUR EXPRESS LTDA., no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os seus cooperados em dia com suas obrigações, para participarem da Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia **07 de outubro de 2026**, na sede da Rua Candido Mendes, nº 76, apto. 504 - Bairro Glória, no município do Rio de Janeiro - RJ, CEP 20241-220, estando em primeira convocação, às 12h, com a presença de 2/3 (dois terços) desses cooperados; em segunda convocação, às 13h, com a presença de metade mais 1 (um) de seus cooperados; e em terceira e última convocação, às 14h, com pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) desses cooperados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1 - Eleição para Presidente e Vice-Presidente, Tesoureiro, Conselho Fiscal e Conselho de Ética e Disciplina; 2 - Inclusão de cooperados; 3 - Exclusão de Cooperados.**
Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2026.
Roberto José de Souza - Presidente

SOUTH AMERICAN COPACABANA HOTEL LTDA
CNPJ: 30.148.233/0001-05
CONVOCAÇÃO: Ficam convocados os sócios cotistas, nos termos do Art. 1071 – I e II – do CCB, a comparecerem à Assembleia de Sócios na sede da empresa na **Rua Francisco Sá 90 – Rio de Janeiro – RJ**, no dia 24/09/2026, às 15:00 h, em 1ª convocação e às 15:30 h em 2ª e última convocação, para Aprovação das Contas da Administração, em 2026/2027, eleição de administradores para 2026/2028, e Alteração Contratual.

MINISTÉRIO D EDUCAÇÃO

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 110/2026
OBJETO: Aquisição de equipamentos de medição, ferramentas de precisão e insumos laboratoriais para atender às atividades de ensino, pesquisa e extensão das coordenações de Disciplinas Básicas, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Engenharia Metalúrgica da Uned Angra dos Reis. **NÚMERO DO PROCESSO:** 23063.001648/2026-10. **ENTREGA DAS PROPOSTAS:** a partir de 18/9/2026, às 08h (horário de Brasília), no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** em 30/9/2026, às 14h (horário de Brasília), no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>. **RETIRADA DO EDITAL:** o Edital e seus anexos estarão disponíveis no sistema Portal de Compras do Governo Federal, em <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Rio de Janeiro, 18 de setembro de 2026. Clelia V. de Oliveira Cezário – Pregoeira.

CONVOCAÇÃO PARA O RETORNO AO TRABALHO
A empresa **TERE FRUTAS COMERCIO DE ALIMENTOS E PANIFICAÇÃO LTDA**, CNPJ: 39.508.023/0004-90, convoca o **SR. PAULO OTAVIO LU-GÃO DA SILVA**, CPF: 174.***-**-03, a retornar ao trabalho ou apresentar justificativa para sua ausência, no **prazo de 48 horas** a contar desta publicação considerando que se encontra ausente sem justificativa desde **29 de junho 2026**. **Não comparecimento ou a ausência de justificativa no prazo indicado poderá ensejar a adoção das medidas trabalhistas cabíveis, inclusive rescisão por justa causa por abandono de emprego nos termos do art. 482, “I”, da CLT**

GIANT STEPS CALÇADOS E ACESSÓRIOS LTDA, CNPJ nº 02.070.392/0001-90 torna público que recebeu da **PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO JOÃO DE MERITI a CERTIDÃO AMBIENTAL DE INEXIGIBILIDADE - CA Nº 081 - SMAMCBEA**, com validade por tempo indeterminado, que atesta a inexistência de licenciamento ambiental para atividade de **COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CALÇADOS**, com área de 70 m², situado na **RUA MARIA SOARES SENDAS - Nº 111 - LOJA 241/242 - VENDA VELHA - SÃO JOÃO DE MERITI - RJ**, conforme o Processo nº 982/2026.

COPACABANA MAR HOTEL S.A.
CNPJ 28.585.602/0001-77 - NIRE 33300017330
Editai de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária: Convoco os acionistas do Copacabana Mar Hotel S/A para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a realizar-se na sede da sociedade, à Rua Ministro Viveiros de Castro nº 155, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, no dia 25/09/2026, às 9h00, em 1ª convocação, havendo quórum ou às 9h30, em 2ª convocação, com qualquer número de pessoas presentes, para a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do dia: a) Prestação de contas dos exercícios findos em 31/12/2023, 31/12/2024 e 31/12/2025; b) Destinação dos resultados dos exercícios de 2023, 2024 e 2025; c) Eleição da Diretoria; d) Assuntos de interesse geral. RJ, 18/09/2026.
Aloysio Maria Teixeira Filho - Diretor Presidente

MRS LOGÍSTICA S/A
CNPJ/MF nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565
Companhia Aberta
Resumo Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 27 de Agosto de 2026: Foi realizada Reunião do Conselho de Administração da MRS Logística S.A. ("Companhia") no dia 27.08.2026 às 18h45min, na sede da Companhia, com a presença da maioria dos membros do Conselho de Administração, na qual foi deliberada e aprovada, por unanimidade dos votos proferidos: (1) Deliberar sobre as eleição e destituição de membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia; Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata sob a forma de sumário, que, lida e aprovada, foi assinada pelos membros do Conselho de Administração e pela Secretária. Assinatura: João Mario Lourenço Filho, Presidente de mesa; Joana Bentes Meyer, Secretária; Fernando Lopes Alcântara, João Mario Lourenço Filho, Leandro Martins Chiardelli, Luiz Gustavo Reche, Patricia Silva Rodrigues Scheel, Miguel Angel Homes Camejo e Raphael Marins Martins. **AVISO:** O presente resumo é feito nos termos da Lei nº 6.404/76, art. 289, inciso I e não deve ser considerado isoladamente para a tomada de decisão. A íntegra da ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia está disponível no endereço eletrônico do jornal **Diário do Acionista** (diariodoacionista.com.br) e divulgada no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br/>) e da Companhia (<https://ri.mrs.com.br/>). Juceria Protocolo: 2026/00997904-0 Data do protocolo: 10/09/2026. Certifico o arquivamento em 11/09/2026 sob o número 00008026580.

CRÍTICA

Tarcísio, sobre STF: Há dois times ali buscando autoproteção

GEOVANI BUCCI/AE

O governador de São Paulo e candidato à reeleição, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou ontem, que o Supremo Tribunal Federal (STF) está dividido em dois grupos que buscam "autoproteção". Ao comentar a crise na Corte, defendeu que os ministros se unam para investigar suspeitas com transparência e dar respostas à sociedade.

Na terça-feira passada, o STF discutiu a abertura de uma investigação sobre as relações do ministro Alexandre de Moraes com o banqueiro Daniel Vorcaro, ex-controlador do Banco Master. A sessão se concentrou em uma questão de ordem sobre a análise conjunta desse caso e das suspeitas de irregularidades envolvendo o ministro André Mendonça.

O julgamento foi interrompido por um pedido de vista do ministro Flávio Dino, quando o placar estava em 4 a 3 pela análise separada dos casos. Ontem, o presidente Edson Fachin retirou a sessão sobre a atuação de Mendonça de pauta. Ela ocorreria no próximo dia 23.

"Não dá para a sociedade imaginar ou admitir que o Supremo agora vai se dividir para se proteger, e é o que a gente

está vendo. Dois blocos, dois times ali buscando autoproteção", disse a jornalistas durante visita às obras do Hospital Regional de Itapetininga, no interior paulista.

Tarcísio atribuiu a situação a posicionamentos políticos dos próprios integrantes do Supremo. Segundo ele, os ministros "deixaram de se comportar como os juízes que são" e têm a responsabilidade de resolver a crise.

"Uma investigação foi adiada, e a pergunta que se faz é: por que magistrados não podem ser investigados ou não têm que prestar contas? Todo mundo tem que prestar contas", declarou.

Na avaliação de Tarcísio, o Judiciário brasileiro "está sanando" e classificou a crise como "sem precedentes". Ele ainda classificou a manifestação da ministra Cármen Lúcia como uma "síntese" da sessão de terça-feira, e pediu "sabedoria" a Fachin para conduzir o STF neste momento.

O governador também disse que o mercado financeiro já incorpora às projeções um "risco Supremo", que compa-rar ao risco fiscal. "Isso é um cenário de insegurança jurídica, e o Supremo tem que garantir a segurança jurídica", salientou.

ENRIQUECIMENTO ILÍCITO

Fiscal que liberou obra em prédio que desabou é investigada

RAYANDERSON GUERRA/AE

A Prefeitura de São Paulo abriu inquérito administrativo para apurar possível enriquecimento ilícito e inconsistências patrimoniais da arquiteta e fiscal municipal Viviane Rodrigues de Palma. A servidora foi responsável pelo laudo em 2024 que garantiu a continuidade das obras no prédio em construção que desabou sobre uma casa e matou seis pessoas na Penha, na zona leste da capital, no sábado passado.

De acordo com a Prefeitura de São Paulo, a Controladoria Geral do Município (CGM) instaurou um inquérito administrativo, em 2020, para apurar "eventual incompatibili-da-

de patrimonial da servidora Viviane Rodrigues de Palma, após sindicância patrimonial anterior".

A servidora da Prefeitura de São Paulo é investigada pela Polícia Civil. Segundo a delegada Deidiane Fialho, do 24.º DP, a servidora disse à polícia que esteve no local da obra apenas para averiguar se a estrutura anterior havia sido demolida - uma condição para a liberação do alvará de construção -, e não para fazer uma inspeção sobre a estrutura do prédio.

A Controladoria Geral entendeu que há "elementos de convicção" para abrir o inquérito administrativo para apurar eventual enriquecimento ilícito de Viviane.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) E 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 103ª (CENTÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados titulares de CRA ("Titulares dos CRA") da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 103ª (centésima terceira) emissão de certificados de recebíveis do agronegócio ("CRA") da Canal Companhia de Securitização ("Emis-sora"), nos termos da Cláusula 14 e seguintes do "Termo de Securitização da 1ª (Primeira) e da 2ª (Segunda) Séries da 103ª (centésima terceira) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Notas Comerciais Escriturais devidas pela Prime Agro Produtos Agrícolas Ltda.", celebrado em 19 de Ju-nho de 2024, conforme aditado em 2 de abril de 2025 ("Termo de Securitização"), a se reunir em 08 de outubro de 2026, às 15:00 horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams, a ser enviado [link](#) para conexão gerado pela Emissora, até 1 (uma) hora antes da reunião, a fim de, em sede de assembleia especial de Titulares dos CRA ("Assembleia Especial"), examinarem e discutirem sobre as seguintes maté-rias da ordem do dia: (i) Aprovar ou ratificar, conforme o caso, a realização de aporte de recursos, pelos Titulares dos CRA, em montante suficiente para quitação das despesas ordinárias e extraordinárias da Emissão, incluindo, sem limi-tação, despesas vencidas e vincendas, custas processuais, honorários advocatícios, despesas relacionadas às medidas de recuperação de crédito, notificações e demais despesas correlatas, mediante depósito na conta de titularização do Pa-trimônio Separado, observado o prazo e as demais instruções operacionais que serão divulgados por meio de Comuni-cado ao Mercado a ser publicado pela Emissora após a realização da Assembleia Especial, com a finalidade de assegu-rar a disponibilidade de recursos necessários à administração da Emissão e à adoção das medidas voltadas à preserva-ção e recuperação dos direitos creditórios integrantes do Patrimônio Separado; (ii) Aprovar a retificação da proposta de honorários do escritório Gustavo Tepedino Advogados, cuja contratação já foi aprovada no âmbito da Emissão, nos ter-mos da proposta retificada a ser anexada à ata desta Assembleia; (iii) Autorizar que os Titulares dos CRA que assim de-sejarem pletielem, perante o Juízo da Recuperação Judicial da Prime Agro Produtos Agrícolas S.A. e Outros (Processo nº 0011074-25.2026.8.16.0194), a individualização de seu direito de voz e voto em assembleia geral de credores a ser de-signada no âmbito da Recuperação Judicial, ficando certo que, independentemente da opção ou não pela referida indi-vidualização, todos os Titulares dos CRA continuarão representados, perante a Recuperação Judicial, pelo escrivão Gustavo Tepedino Advogados; e (iv) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários à implementação da deliberação acima, incluindo o recebimento, administração e utilização dos recursos aportados, bem como a celebração de todos os contratos, aditamentos e demais documentos que se façam necessários. **Instru-ções Gerais:** A participação e a votação na Assembleia Especial serão realizadas à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, se-guindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), confor-me em vigor. Instalar-se-á a Assembleia Especial de Titulares dos CRA, em primeira convocação, com, no mínimo, a pre-sença de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer nú-mero de Titulares de CRA, conforme item 14.3.4 do Termo de Securitização. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Securitizadora, para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fidu-ciário, no correio eletrônico: af.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de anteci-pendência em relação à data de realização da Assembleia Especial. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRA ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (iii) no caso de o Títu-lar de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assem-bleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Espe-cial, na plataforma Microsoft Teams. Adicionalmente, os Titulares de CRA que pretendem participar da Assembleia Es-pecial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Espe-cial: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou do-cumentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e (iii) quando for representado por procurador, procura-ção com poderes específicos para sua representação na Assembleia Especial, obedecidas as condições legais. Com o ob-jetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Especial, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRA, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário e da Securitizadora. Os ter-mos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mes-mo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação.

São Paulo – SP, 17 de setembro de 2026.

Atenciosamente, Canal Companhia de Securitização - Alejandro Merino - Diretor de Securitização

MILTON LEITE

Operação apura ação do PCC no transporte e mira ex-vereador

FELIPE DE PAULA, FAUSTO MACEDO E MARCELO GODOY/AE

O Ministério Público de São Paulo e a Polícia Civil deflagraram, ontem, a Operação Vectura Corrupta, que apura a infiltração do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema de transporte coletivo da capital paulista. Entre os alvos de prisão temporária está o ex-vereador Milton Leite (União Brasil), que presidiu a Câmara Municipal de São Paulo por seis anos.

A operação desta quinta-feira cumpre 16 mandados de prisão e 18 buscas e apreensões.

Em nota, Milton Leite disse que vai provar sua inocência em todas as acusações. "Não estou foragido, e vou me apresentar às autoridades em até 24 horas", afirmou.

Também são alvos de prisão Paulo Korek, presidente do Esporte Clube Água Santa; Danilo Marco Morgado Silva, candida-to a deputado estadual pelo PL e que disputou a Prefeitura de Praia Grande em 2024; Carla de Paula Muller, mulher de Antô-nio José Muller Junior, o "Gra-nada", apontado pelos investi-gadores como liderança do PCC; e Levi dos Santos Oliveira, ex-presidente da SPTrans.

Segundo a investigação, Morgado teria mantido víncu-los com integrantes do PCC e há indícios de que sua candidatura à prefeitura de Praia Grande te-ria recebido financiamento liga-do à facção.



YOUTUBE

Carla, de acordo com os in-vestigadores, atuaria na trans-missão de mensagens de inter-esse do PCC a "Granada" - pre-so na penitenciária federal de Brasília - e também teria parti-cipação na exploração do trans-porte público.

Já o ex-presidente da SPTrans teria mantido encontros peri-ódicos com um suposto interme-diário da facção para tratar de interesses relacionados a em-presas de transporte, especial-mente após a deflagração da Operação Fim da Linha.

A ação é um desdobramento da Operação Dercúrio, deflagra-da em agosto de 2024 contra um esquema de lavagem de dinhei-

ro do tráfico de drogas operado pelo PCC.

Na época, a investigação re-velou uma complexa rede de co-municação usada pela facção para manter contato entre inte-grantes da "Sintonia Restrita" e a "Sintonia dos Gravatas", além de projetos para lançar facciona-dos como candidatos nas elei-ções municipais.

'RESPONSÁVEL DIRETO'

A decisão da 8.ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo que autori-zou a deflagração da Vectura Corrupta afirma que Milton Lei-te é "citado nominalmente por diversas vezes como responsá-

vel direto pela operação de algu-mas das empresas controladas pelo PCC".

"Somado a isso, há declarações de policiais militares, em procedi-mento que tramita no Tribunal de Justiça Militar, de que ele seria o dono de fato da empresa Trans-wolff", diz a decisão do desembar-gador Sergio Ribas.

A Transwolff foi alvo da Ope-ração Fim da Linha, deflagrada em abril de 2024 para investigar suspeitas de lavagem de dinhei-ro do PCC por meio de empresas de transporte coletivo. Em janei-ro de 2025, a Prefeitura de São Paulo rescindiu o contrato com a empresa por decisão do prefei-to Ricardo Nunes (MDB).

RAYANDERSON GUERRA/AE

O prefeito de São Paulo, Ricar-do Nunes (MDB), afirmou na ma-nhã desta quinta-feira, ter "muito respeito pela história" de Milton Leite, ex-presidente da Câmara Municipal da capital paulista. O aliado político de Nunes foi alvo de operação da Polícia Federal que apura a infiltração do Primei-ro Comando da Capital (PCC) no sistema de transporte coletivo de São Paulo.

"Tenho muito respeito pela história, pela trajetória do ex-pri-sidente da Câmara, Milton Leite, vereador por mais de 20 anos, mas obviamente vai competir a ele demonstrar ou não a sua ino-cência dentro desse processo, que vai ter, por parte da Prefeitura, to-do o apoio às investigações", disse o prefeito.

Em nota, Milton Leite disse que vai provar sua inocência em todas as acusações. "Não estou fo-ragido, e vou me apresentar às au-

toridades em até 24 horas", afir-mou.

Apesar do elogio ao ex-presi-dente da Câmara, que atuou co-mo vereador por mais de duas dé-cadas, o chefe do Executivo pau-listano adotou um tom de distân-cia pessoal. Ele destacou que "qualquer pessoa, seja ele pessoa pública, não pública, tem que es-tar sempre no escrutínio da Justi-ça" e reforçou que cabe ao próprio Milton Leite demonstrar sua ino-cência no processo.

Nunes afirmou ainda que a Prefeitura avalia intervir na em-presa de ônibus A2 Transportes, após a companhia ser citada na operação da PF. A empresa não é alvo da investigação, mas dois de seus sócios são: Paulo Korek Fa-rias e Júlio Salvador Filho.

"Se não houver o afastamento em 24 horas, esses dois diretores, Paulo e Júlio, a Prefeitura de São Paulo irá fazer a intervenção na A2, por conta dessa questão des-ses dois diretores da A2 estarem

participando da empresa Trans-leader, que não opera em São Paulo. Mas como tem a participa-ção societária de uma empresa envolvida, a gente preventiva-mente fará a interdição", disse.

O prefeito ressaltou que a ad-ministração municipal tem atua-do de forma colaborativa com o Ministério Público e o Judiciário. Ele lembrou que a Prefeitura in-gressou como assistente de acu-sação em investigações correla-tas, como a Operação Fim da Li-nha, e que a Controladoria do município mantém intercâmbio contínuo de informações com promotores.

"A posição da Prefeitura é sem-pre de todo o apoio às investiga-ções, a qualquer situação que faça com que, se alguém cometeu al-gum ato delituoso ou criminoso, responda pelo que cometeu", apontou.

Entretanto, defendeu o respei-to ao princípio do contraditório e da presunção de inocência, men-

cionando casos anteriores em que investigados foram posterior-mente absolvidos pela Justiça.

"Investigação não quer dizer por si só que seja a pessoa culpa-da", pontuou.

Operação não afeta funciona-mento do sistema de transporte Paralelamente aos desdobra-mentos políticos, o prefeito afir-mou que a operação da PF não afeta o funcionamento das linhas de ônibus da capital. O município notificou a concessionária A2 para o afastamento em até 24 horas de dois diretores citados no pro-cesso, sob pena de intervenção imediata da Prefeitura.

A A2 Transportes atua na zona sul, operando 35 linhas de ônibus em Santo Amaro, Jabaquara e Ci-dade Ademar, segundo dados da Prefeitura de dezembro de 2025. Em julho deste ano, último mês com dados completos, a empresa transportou 4.879.216 de passa-geiros.

Relação com Milton Leite sempre foi institucional, diz Tarcísio de Freitas

GEOVANI BUCCI/AE

O governador de São Paulo e candidato à reeleição, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou ontem, que sua relação com o ex-vereador Milton Leite (União Bra-sil) sempre foi "institucional". A declaração foi dada após o aliado se tornar alvo da Operação Vectu-ra Corrupta, deflagrada pelo Mi-nistério Público de São Paulo e pe-la Polícia Civil para apurar a infil-tração do Primeiro Comando da Capital (PCC) no transporte co-letivo da capital paulista.

"Sempre foi um relaciona-mento institucional, um relacio-namento propositivo, voltado a projetos, e é assim que a gente tem trabalhado. Isso não tem na-

da a ver com outras questões, que aí são objeto de investiga-ção", disse Tarcísio a jornalistas durante visita às obras do Hospi-tal Regional de Itapetininga, no interior paulista.

O governador foi questionado sobre os elogios que fez a Leite e à família do ex-vereador em 30 de agosto, durante o lançamento das candidaturas dos filhos do aliado, Alexandre Leite e Milton Leite Fi-lho. Na ocasião, Tarcísio destacou o acolhimento que recebeu da fa-mília ao chegar a São Paulo.

Na resposta, o governador ci-tou discussões sobre saneamento básico e a chegada do trem a Pare-lheiros como exemplos de sua in-terlocução com Leite. Tarcísio não respondeu diretamente se a ope-

ração altera seu apoio às candi-daturas dos filhos do ex-vereador.

"Da nossa parte, o que houve sempre foi relação institucional", reiterou.

O governador também afirmou que a atuação dos investigadores não se orienta por vínculos parti-dários. "As operações não enxer-gam pessoas, não enxergam parti-dos, não enxergam posiciona-mentos políticos. Elas enxergam fatos", salientou.

Leite, que presidiu a Câmara Municipal de São Paulo por seis anos, está entre os alvos de prisão temporária da operação. O ex-ve-reador também é aliado do prefei-to Ricardo Nunes (MDB), que mais cedo elogiou a "história" de Leite e afirmou que cabe a ele

provar sua inocência.

Quando volta a fazer calor em São Paulo?

Os próximos dias na cidade de São Paulo devem ser marcados pela gradual elevação das tem-peraturas, diminuindo, desta for-ma, a sensação de frio, em fun-ção do ar mais seco sobre a re-gião. A estimativa é do Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas (CGE) da Prefeitura de São Paulo.

Esta sexta-feira, começa com muita nebulosidade e formação de névoa úmida. "Ainda pela ma-nhã, o sol entre nuvens passa a predominar e a temperatura apresenta elevação. Não há previ-são de chuva", acrescenta o órgão municipal.

IRM

MP prende ex-procurador do Instituto Rio Metrópole

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) cumpriu, na quarta-feira, nova prisão preventiva contra Marcelo Lopes da Silva, ex-procurador-geral do Instituto Rio Metrópole (IRM), denunciado na Operação Ouro-boros.

Marcelo foi preso na primeira fase da operação, mas teve a prisão preventiva revogada pela Justiça por força de um habeas corpus. A nova ordem foi decretada pela 1ª Vara Especializada em Organização Criminosa da Capital após a análise do celular apreendido com o acusado revelar novos indícios de corrupção e lavagem de dinheiro.

De acordo com o Grupo de Atuação Especializada de Defesa da Integridade e Repressão à Sonegação Fiscal do Ministério Público do Rio de Janeiro (Gaesf), Marcelo orientou a então companheira, Thays Pinho Carneiro da Silva, a abrir um mi-

croempreendimento individual (MEI) para ser contratado pela Engeconsult, empresa que mantinha contratos milionários com o IRM e cujos ajustes dependiam da análise da Procuradoria chefiada por ele. O contrato previa o pagamento de R\$ 30 mil, em seis parcelas de R\$ 5 mil, por supostos serviços administrativos. O MEI teria sido utilizado para ocultar o pagamento de vantagem indevida ao então agente público.

As mensagens recuperadas mostram que Marcelo pediu que as tratativas não fossem registradas por escrito. O contrato com a Engeconsult foi firmado no mesmo dia da constituição da empresa e trazia data anterior à própria criação do negócio. Os pagamentos seriam feitos em conta de titularidade de Thays.

A análise do aparelho também revelou conversas que mostram a atuação de Marcelo para liberar pareceres de interesse do grupo, interferir em documentos inseridos no Sistema

Eletrônico de Informações (SEI) e evitar que determinadas questões fossem submetidas a órgãos externos de controle. Em uma das mensagens, ao tratar de um caso que poderia ser encaminhado à Procuradoria-Geral do Estado, o acusado afirmou: “Melhor matar aqui no IRM e arquivar logo o caso”.

Mesmo depois de deixar a Procuradoria do IRM, em 8 de junho deste ano, Marcelo teria continuado à disposição do grupo. Sete dias após o desligamento, ao receber novo pedido para elaborar um parecer, respondeu: “Deixa comigo”. Segundo o MPRJ, o episódio demonstra que sua atuação não dependia da permanência no cargo público.

Com as novas provas, o Ministério Público aditou a denúncia para acrescentar contra Marcelo seis crimes de corrupção passiva e seis de lavagem de dinheiro. Hélio Augusto Machado Pessoa, representante da Engeconsult, também passou a responder por seis novos crimes de

lavagem de dinheiro. A Justiça recebeu o aditamento.

OPERAÇÃO

Na primeira fase da Operação Ouroboros, deflagrada em julho, o MPRJ denunciou 11 pessoas por integrar um esquema de desvio de recursos do Instituto Rio Metrópole por meio de contratos que movimentaram R\$ 86,28 milhões. Segundo a denúncia, valores pagos pelo IRM à Engeconsult e à R. Peotta Engenharia eram repassados ao Instituto BIO, entidade sem estrutura operacional compatível com os serviços contratados, e posteriormente sacados em espécie.

A investigação começou após a apreensão, em janeiro deste ano, de R\$ 500 mil em espécie transportados sob escolta armada. A apuração identificou 28 transferências das empresas contratadas para o Instituto BIO, no total de R\$ 3,29 milhões, além de 13 saques que somaram R\$ 3,02 milhões entre maio de 2025 e janeiro de 2026.

ESTUPRO

Justiça nega prisão domiciliar para o ator José Dumont

A Justiça do Rio de Janeiro negou um pedido de prisão domiciliar humanitária feito pela defesa do ator José Dumont, de 76 anos. Com a decisão, ele permanecerá cumprindo pena em regime fechado.

O ator foi condenado a 10 anos e 4 meses de reclusão pelos crimes de estupro de vulnerável e posse de material de pornografia infantil.

A defesa do artista havia solicitado a conversão para a prisão domiciliar alegando o seu quadro clínico e a idade avançada. Entre as justificativas de saúde apresentadas, foram citados diagnósticos de hipotireoidismo, hipertensão arterial, distúrbios do sono e a necessidade do uso contínuo de

medicação (levotiroxina). As informações foram divulgadas pelo colunista de O Globo Ancelmo Gois.

Para fundamentar a análise da solicitação, o Poder Judiciário determinou a realização de uma perícia médica oficial, que foi conduzida por um profissional da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seppen). O laudo apontou que o ator apresenta um estado geral de saúde considerado regular, encontrando-se lúcido, orientado e recebendo acompanhamento clínico no próprio ambulatório do sistema prisional.

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro informou que o processo tramita sob sigredo de Justiça.

SMDE

Bares, botequins e restaurantes no Rio movimentam R\$ 269 mi

Levantamento da Prefeitura do Rio, por meio da Riotur, das secretarias de Desenvolvimento Econômico (SMDE) e Coordenação Governamental (SMCG) e do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), constatou que os 52 bares, restaurantes e botequins que fazem parte do Circuito de Botequins, reconhecidos como Patrimônio Cultural Carioca, movimentam R\$ 268,9 milhões por ano e atraem cerca de 2,9 milhões de clientes. Isso significa R\$ 22,4 milhões movimentados e 242,1 mil clientes por mês.

Em média, 24% dos clientes são visitantes de outras cidades ou países. Entre os estrangeiros, a Argentina lidera a lista de nacionalidades que mais frequentam os espaços boêmios do Rio. O tíquete médio é de R\$ 78,94. Ao todo, os 52 estabelecimentos empregam cerca de 1,2 mil trabalhadores, uma média de 23,4 profissionais por estabelecimento.

Ao longo do ano, são consumidos aproximadamente 3,5 milhões de chopps e 435,9 mil drinks nos estabelecimentos do circuito — uma média mensal de 289,1 mil chopps e 36,3 mil drinks. Entre os pratos e petiscos mais citados, carnes e churrascos aparecem na liderança,

representando 42,2% do total.

Segundo Bernardo Fellows, presidente da Riotur, o levantamento mostra a relevância desses estabelecimentos para a economia e a atividade turística do Rio.

“Cultura, gastronomia e turismo se encontram nesses espaços, que preservam tradições e movimentam a economia. A série ‘Patrimônios do Rio’, idealizada pela Riotur, contribui para valorizar esse acervo, dando ainda mais visibilidade a lugares, personagens e histórias que ajudam a ampliar a experiência dos moradores e de quem visita a cidade”.

Em média, os botequins, bares e restaurantes do Circuito de Botequins têm 73 anos de existência, com um médio de fundação em 1953.

“Esses estabelecimentos mostram como a identidade de uma cidade também pode ser um ativo econômico. Ao preservar negócios que atravessam gerações, o Rio mantém vivas referências que ajudam a diferenciar a cidade, fortalecer sua economia criativa e ampliar as oportunidades geradas pelo turismo e pela experiência de quem visita o Rio”, afirma Osmar Lima, secretário municipal de Desenvolvimento Econômico.

DIA MUNDIAL

Segurança do paciente: veja como reduzir riscos de doenças crônicas

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

Com o tema Cuidado seguro para doenças não transmissíveis, o Dia Mundial da Segurança do Paciente, lembrado ontem, chama a atenção para a segurança em saúde, desde a prevenção e o diagnóstico até o tratamento, a reabilitação, os cuidados paliativos e o autocuidado.

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) mostram que as doenças não transmissíveis, também conhecidas como doenças crônicas, figuram atualmente como uma das principais preocupações em saúde, já que afetam bilhões de pessoas em todo o mundo e são responsáveis por 74% das mortes no planeta.

são condições de longa duração – como doenças cardiovasculares, cânceres, diabetes e doenças respiratórias crônicas — que podem afetar pessoas de todas as idades e frequentemente exigem cuidado e acompanhamento contínuos ao longo da vida.

Para a OMS, o enfrentamento dessas enfermidades é uma prioridade global, refletida na declaração política das Nações Unidas sobre doenças não transmissíveis e saúde mental, que preconiza o fortalecimento da prevenção e do manejo de longo prazo, com destaque para o acesso a cuidados seguros e de qualidade.

Em nota, o Ministério da Saúde no Brasil destacou que participar das decisões e entender o plano de cuidado contribuem para a segurança do paciente.

Meio ambiente entra no radar dos eleitores e 91% cobram propostas para enfrentar mudanças climáticas

POR REDAÇÃO

A preocupação com as mudanças climáticas ganhou espaço entre os eleitores brasileiros às vésperas das eleições de 2026. Pesquisa da Ipsos encomendada pelo Observatório do Clima, divulgada nesta quinta-feira (17), mostra que 91% dos entrevistados consideram importante que os candidatos apresentem propostas para enfrentar a crise climática. Para 62%, a presença do tema nas propostas eleitorais é “muito importante”. O levantamento ouviu 1.800 pessoas com 18 anos ou mais, em todas as regiões do país, entre 17 e 20 de agosto.

O resultado aparece em um cenário no qual eventos associados ao clima afetam diferentes setores da economia e a rotina da população. Segundo a pesquisa, 87% dos entrevistados concordam que as mudanças climáticas estão provocando secas, chuvas intensas e ondas de calor, enquanto 85% afirmam que seus efeitos já são percebidos no cotidiano dos brasileiros. Outros 76% acreditam que ainda é possível evitar os impactos mais graves com a adoção imediata de medidas.

Apesar desses percentuais, o meio ambiente disputa espaço com problemas considerados mais imediatos. Mudanças climáticas e crise ambiental aparecem em nono lugar entre as principais preocupações dos entrevistados, citadas por 19%. Segurança pública e criminalidade lideram, com 49%, seguidas pelo aumento do custo de vida ou inflação, com 41%, violência contra mulheres e feminicídios, com 36%, e qualidade da saúde pública, com 34%.

A relação entre clima e economia ajuda a ampliar o alcance do debate. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) aponta, por exemplo, que pe-

ríodos prolongados de seca no Sudeste brasileiro já produziram efeitos sobre abastecimento de água, agricultura e geração de energia. Em episódios analisados pelo órgão, houve aumento de preços agrícolas, redução de produtividade de determinadas culturas e pressão sobre os preços da eletricidade.

Clima e economia

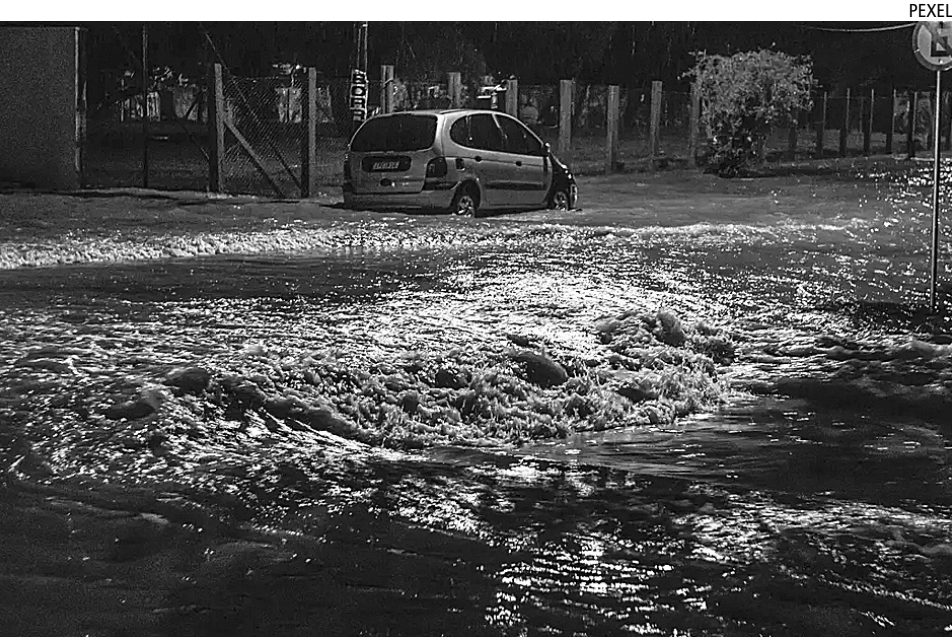
Os efeitos também chegam aos serviços públicos. A diretora da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), Ana Carolina Argolo, afirma que setores como energia, agricultura e saneamento precisam incorporar as mudanças climáticas aos processos de tomada de decisão. “É pela água que a gente sente as mudanças climáticas, seja pela escassez, seja pela abundância”, declarou durante seminário realizado em maio.

Na área da saúde, o governo federal também passou a incorporar riscos climáticos ao planejamento. Em agosto, o Ministério da Saúde apresentou um plano de preparação para os possíveis impactos do El Niño de 2026-2027. Segundo o secretário-executivo da pasta, Adriano Massuda, o SUS vem trabalhando com estados e municípios para se preparar para os efeitos das mudanças climáticas. A estratégia inclui monitoramento de excesso de calor, preparação para emergências e ações voltadas a diferentes regiões do país.

A percepção dos eleitores também aparece quando a pesquisa aborda as responsabilidades pelo enfrentamento do problema. Para 58%, as mudanças climáticas são provocadas principalmente pela atividade humana, enquanto 36% atribuem o fenômeno à combinação entre atividades humanas e causas naturais. Outros 67% consideram que empresas e indústrias têm mais responsabilidade no combate às mudanças climáticas do que os cidadãos.

O levantamento indica ainda que 90% dos entrevistados consideram importante que governos e políticas públicas priorizem a proteção ambiental. Além disso, 79% defendem que o enfrentamento às mudanças climáticas seja tratado como prioridade pelo próximo governo mesmo quando as medidas envolverem custos econômicos.

A discussão ocorre em uma eleição com 158,7 milhões de pessoas aptas a votar no primeiro turno, marcado para 4 de outubro. Os eleitores escolherão presidente da República, governadores, senadores e deputados federais, estaduais ou distritais, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).



PARANÁ

Estudante de nutrição é morta com 46 facadas dentro de academia

A jovem Thaissa de Oliveira Marques, de 21 anos, foi morta na tarde de sexta-feira, com 46 facadas após mostrar a academia onde trabalhava, em Londrina (PR), a Gabriel de Andrade, de 21 anos, apontado como principal suspeito do crime. "Chegou até a entortar a ponta da lâmina", afirma o advogado da família da vítima, Mauro Martins.

Thaissa cursava Nutrição no Centro Universitário Filadélfia (Unifil), em Londrina, e estava se preparando para o vestibular de Direito. De acordo com a Polícia Civil, o acusado admitiu a tentativa de estupro e disse que, por não conseguir consumir o ato, matou a vítima. O caso é investigado como feminicídio e a polícia aguarda a conclusão dos exames periciais.

De acordo com o advogado da família da vítima, na sexta-feira, Thaissa entregava panfletos em frente a uma academia que seria inaugurada em breve quando levou Gabriel para conhecer o espaço. Ao entrarem no vestiário, onde não havia câmeras, ele teria tentado amarrar a vítima com uma corda de ginástica com a intenção de estuprá-la.

Ainda conforme relato do advogado, diante da recusa da jovem, na tentativa de impedir que ela gritasse ou pedisse ajuda, Gabriel desferiu 46 golpes de faca. A vítima também sofreu três escoriações adicionais.

"Ele só parou de esfaquear quando ela não reagia mais, não respirava, não se mexia", disse Mauro Martins.

Após o crime, Gabriel teria escondido a faca no forro de gesso do imóvel e fechado a porta da garagem, que ficava aberta, no andar de baixo, enquanto a academia deveria funcionar no piso superior. Em seguida, o suspeito teria ido até a rua de trás e fingido ter sido vítima de uma tentativa de assalto, pedindo ajuda à polícia. O plano, porém, não teria dado certo e Gabriel foi preso em flagrante.

No sábado passado, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva após audiência de custódia, informou o Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR).

Em nota, o advogado Antônio Magalhães, que representa a defesa de Gabriel, manifestou respeito a família da vítima e afirmou que o acusado tem diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), e alegou que a condição deve ser considerada pelas autoridades. Segundo ele, Gabriel colaborou com as investigações e prestou esclarecimentos sobre o ocorrido.

Também em nota, a ONG Autimizar, de Londrina, afirmou que considera necessário esclarecer que eventual diagnóstico de TEA não deve ser associado, de forma generalizada,

à violência ou à criminalidade.

‘Pior que ele já veio aqui cedo’, disse Thaissa em áudio

Em um áudio enviado a um amigo na terça-feira, 8, ao qual o Estadão teve acesso, Thaissa relata visitas constantes de um "menino" ao local onde trabalhava.

"Entrei já pensando, tem câmara né? Qualquer coisa, espero que o meu gerente esteja olhando. Fomos chegando perto do banheiro, eu falei: ‘mas você não tem interesse em ver não né?’", disse Thaissa no áudio, preocupada porque o lugar não tem câmara. Gabriel, porém, respondeu a vítima que gostaria de ver o vestiário.

"Pior que ele já veio aqui cedo. Ele tinha falado com a menina da manhã que queria conversar com o gerente", disse a vítima, acrescentando que a entrevista do "menino" havia sido cancelada

No mesmo dia, Thaissa afirma que o homem já tinha ido até a academia cinco vezes.

O Estadão questionou a Polícia Civil sobre a pessoa mencionada nos áudios. A corporação respondeu que as gravações constam nos autos do inquérito e que "os elementos obtidos até o momento permitem identificar a pessoa referida nesses como sendo o mesmo indivíduo que foi preso pelo feminicídio", disse.

Para Mauro Martins, Gabriel deve responder por feminicídio, tentativa de estupro, motivo torpe, meio cruel e recurso que dificultou a defesa da vítima. Ele também cita a tentativa de ocultação do cadáver, já que o suspeito teria fechado a porta da garagem da academia.

Em nota, o Laboratório de Estudos de Feminicídios (LES-FEM) da Universidade de Londrina (UEL), que produz e analisa dados sobre crimes de feminicídio consumados, manifestou profundo pesar pela morte da estudante.

"Thaissa tinha nome, história, vínculos e projetos de vida. Cursava Nutrição, construía uma trajetória acadêmica, tinha uma rede de afeto que hoje enfrenta essa perda irreparável", afirmou o laboratório.

A instituição também prestou solidariedade aos familiares, amigos, amigas, colegas de curso e a toda a comunidade acadêmica da Unifil.

Segundo o LESFEM, "a violência que tirou a vida de Thaissa não é um caso isolado, mas parte de uma estrutura que o LESFEM monitora e denuncia". A entidade, que afirmou ainda que a morte reforça o compromisso do trabalho do laboratório em memória das mulheres vítimas e com o enfrentamento do feminicídio.

"Que sua história não seja apagada. Que sua ausência seja sentida por quem a amava - e nunca esquecida", disse.

PRESSÃO

Flávio ameaça o STF: não espero gracinha contra mim

NAOMI MATSUI/AE

O candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL), investigado por ligação com as falcatruas do Banco Master, voltou a criticar ontem, o Supremo Tribunal Federal (STF) e disse esperar que a Corte "não tente nenhuma gracinha" sobre ele, em um momento em que pontua bem nas pesquisas de intenção de voto. As declarações vieram enquanto Flávio criticava os ministros Alexandre de Moraes e Flávio Dino. "Não há uma preocupação de

investigar, zelar pelo dinheiro público, mas de interferir nas eleições mais uma vez. Espero que eles não tentem nenhuma gracinha para cima de mim, não queiram fazer nenhuma ação ilegal para cima de mim. Ainda mais neste momento, em que todas as pesquisas apontam que estamos na frente", declarou, durante transmissão semanal em seu canal no YouTube.

Flávio repetiu que, caso o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) seja reeleito, será instaurada uma ditadura judiciária. "Já imaginaram se Lula indicas-

se mais quatro Alexandre de Moraes para o Supremo? Já imaginaram se Lula indicasse mais quatro Flávio Dino para o Supremo? Joga a chave e vai embora. Seria a ditadura mais perversa, que a do Judiciário", disse.

Flávio estimulou que apoiadores se inscrevam como fiscais de urnas durante as eleições: "Vamos recrutar pessoas para se inscrever. Vão ser credenciadas e ter um rápido ensinamento como se faz para fazermos fiscalização das urnas. Temos que ter gente nossa no Brasil inteiro para evitar que pessoas mal-inten-

cionadas votem no lugar de outras", falou.

CRÍTICAS

Durante a transmissão, Flávio criticou as universidades públicas, afirmando que é comum o uso de drogas nos ambientes. "Nessas universidades públicas, você vai ao diretório acadêmico, parece uma cracolândia, tudo pichado, coisas de maconha, nego fumando maconha dentro da faculdade. Mas, há uma onda no meio universitário de jovens que querem prosperar", declarou.

DATAFOLHA

76% dizem estar decididos sobre voto; 24% ainda podem mudar

GEOVANI BUCCI E DANIEL TOZZI/AE

Pesquisa Datafolha divulgada ontem, mostra que 76% dos eleitores dizem estar totalmente decididos sobre seu voto para a Presidência da Repú-

blica, enquanto 24% afirmam que ainda podem mudar de escolha.

Na disputa presidencial, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) manteve 39% das intenções de voto no primeiro turno, enquanto o se-

nador Flávio Bolsonaro (PL) oscilou de 35% para 36% Na simulação de segundo turno, os dois permaneceram com 46% e 44%, respectivamente. Há empate técnico nos dois cenários.

O levantamento ouviu 2.002

pessoas de 16 anos ou mais nos dias 15 e 16 de setembro. A margem de erro é de dois pontos porcentuais, para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%. O registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é BR-04029/2026.

MEDICAMENTOS

Obesos: Lula promete canetas emagrecedoras gratuitamente

Gabriel de Sousa/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou ontem, durante agenda em Montes Claros (MG), que canetas emagrecedoras serão distribuídas gratuitamente para pacientes com obesidade. Lula, porém, não indicou quando a iniciativa passará a valer, nem mesmo se será neste ou em um eventual quarto mandato.

"Essa canetinha vai ser utilizada para cuidar, de graça, para as pessoas que tenham obesida-

de. Quando o médico detectar que um homem ou uma mulher tem problema de se curar", disse o petista durante uma visita ao Complexo Industrial da Eurofarma.

Durante o discurso no Norte de Minas, Lula afirmou também que os minerais críticos e as terras raras serão um "passaporte para o futuro do povo brasileiro". Ao destacar a sanção da política nacional, feita nesta quarta-feira, 16, o presidente disse que o conselho especial montado na Presidência será feito para

impedir que chineses e americanos dominem as matérias-primas brasileiras

"Acreditem, esse País não tem retorno, é daqui para frente. A gente vai fazer esse País se transformar, nos próximos 10 anos, em um País altamente desenvolvido. Chega de ficar olhando para Xangai, chega de ficar olhando para o Vale do Silício. Vamos olhar para nós", disse Lula.

Lula também relatou críticas sofridas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), dizendo que ele é

historicamente atacado pela iniciativa privada e pela imprensa. "Nunca levaram em conta quantas pessoas o SUS salvava, só anunciavam as pessoas que morriam para criar uma imagem negativa", declarou.

Lula agora vai se encaminhar para um comício ao lado do candidato dele ao governo de Minas, Patrus Ananias (PT), em Montes Claros. Também estarão presentes as candidatas ao Senado apoiadas por ele: Marília Campos (PT) e Áurea Carolina (PSOL).

IRREGULARIDADES

Justiça Eleitoral rejeita cerca de 1,2 mil registros de candidaturas

ANDRE RICHTER/ABRASIL

A Justiça Eleitoral já indeferiu cerca de 1,2 mil registros de candidaturas às eleições gerais de outubro. De acordo com dados do sistema de candidaturas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), são 335 registros indeferidos definitivamente e 869 que ainda podem ser contestados por meio de recursos às instân-

cias superiores.

O levantamento do TSE mostra que o descumprimento de requisitos formais previstos na legislação eleitoral é o principal motivo dos indeferimentos. Na sequência, aparecem a falta de condições de elegibilidade, ilegalidades na convenção partidária e a ausência de incompatibilização com o cargo público.

Segundo o tribunal, cerca de 99% dos pedidos de registro de candidatura já foram analisados pela Justiça Eleitoral em todo o país. Ao todo, foram apresentados 20,9 mil pedidos.

ELEIÇÕES

O primeiro turno das eleições será realizado em 4 de outubro. Serão eleitos deputados federais, deputados estaduais e dis-

tritaís, governadores, senadores e o presidente da República.

O segundo turno está marcado para o dia 25 e poderá ocorrer nas disputa para os cargos de governador e presidente.

A segunda votação será realizada caso nenhum candidato alcance mais de 50% dos votos válidos no primeiro turno, excluídos os votos em branco e os nulos.

EDUCAÇÃO

Escolas da Bahia e do Pará vencem prêmio de sustentabilidade

CAMILA BOEHM/ABRASIL

Iniciativas desenvolvidas por professores e estudantes de escolas em diferentes regiões do Brasil têm transformado materiais descartados em novos recursos e produtos que ajudam a resolver problemas locais. A 4ª edição do Prêmio Escolas Sustentáveis reconheceu soluções acessíveis e eficientes desenvolvidas por professores e estudantes da educação básica. Os vencedores foram anunciados nesta quinta-feira (17), em cerimônia realizada em Salvador (BA).

Na categoria que engloba projetos da educação infantil até os primeiros anos do ensino fundamental, a vencedora foi a Casa da Infância, em Salvador (BA). A escola privada desenvolve um projeto de intercâmbio educativo e sustentável entre quatro escolas do Brasil e da Colômbia.

Com o envolvimento de estudantes, de educadores e das comunidades, as ações incluem coleta de resíduos nos bairros próximos da escola, compostagem, hortas escolares, reaproveitamento de materiais e maapeamento da biodiversidade.

ADRIANA VICTORINO/AE

O ateliê My Vintage Dress, acusado de deixar noivas sem os vestidos às vésperas das festas de casamento no início do mês, devolveu as chaves do imóvel alugado em Alto de Pinheiros, bairro nobre da zona oeste de São Paulo, ao proprietário nesta

quinta-feira, 17. A empresa era alvo de uma ação de despejo por não pagar o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Segundo o advogado do proprietário do imóvel, a My Vintage Dress não pagou a dívida relacionada ao IPTU, nem o aluguel referente ao mês de setembro, no valor de R\$ 60 mil.

A defesa da confecção de luxo alega que a vistoria ainda será feita e os valores serão acertados posteriormente.

"Não há preocupação quanto a isso, pois quando do início da locação, foram depositados 3 meses de caução ao proprietário, que somam R\$ 180 mil reais, ou seja, não haverá qualquer dí-

vida sobre isso (IPTU ou aluguel), com a provável necessidade, inclusive, de devolução de dinheiro restante à My Vintage Dress", informou o advogado Luiz Augusto D'Urso, que representa o ateliê

Segundo o advogado, as chaves foram entregues em razão da ação de despejo.

SÃO PAULO

Dino manda PF apurar elo entre Vorcaro e cemitérios

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que a Polícia Federal (PF) apure indícios de crime em operações do Banco Master com empresas concessionárias de cemitérios da Prefeitura de São Paulo.

No despacho publicado ontem, Dino também deu ciência ao presidente da Corte, Edson Fachin, sobre a citação do ministro André Mendonça nos indícios apresentados e pediu que ele tome as providências cabíveis. Dino, porém, vedou qualquer investigação sobre o colega. "Esclareço ser vedado qual-

quer ato investigativo, que possa atingir o Exmo. Ministro André Mendonça, pois este encaminhamento compete exclusivamente ao Presidente do STF junto ao Colegiado", afirmou.

Na decisão, Dino reproduziu reportagem do Uol segundo a qual empresas ligadas ao banqueiro Daniel Vorcaro, do Master, teriam recebido as ações da concessionária Cemitérios e Crematórios SP como garantia de um empréstimo de R\$ 78 milhões concedido pelo próprio banco. A empresa é vinculada ao Grupo Maya.

Segundo a reportagem citada por Dino, Vorcaro tinha créditos garantidos por ações da concessionária que seria afetada por

um julgamento no Supremo quando se encontrou com Mendonça, em 14 de março de 2025.

Dino é relator de ação do PCdoB que questiona a privatização e os valores cobrados por cemitérios e serviços funerários no município de São Paulo. Em 7 de março de 2025, o ministro concedeu liminar para determinar que a prefeitura ampliasse a divulgação dos critérios para solicitar gratuidade e aprimorasse a fiscalização das concessionárias.

No julgamento do referendo da liminar, Mendonça pediu vista em 15 de março, um dia após a reunião com Vorcaro. Quando o julgamento foi retomado, o ministro votou contra a liminar de Dino.

Na última terça-feira, na véspera do julgamento sobre o ministro Alexandre de Moraes, Dino proferiu decisão na qual apontou que Mendonça teria favorecido interesses do Banco Master e da Prefeitura de São Paulo em troca de verbas para o Instituto Iter, fundado pelo ministro. Segundo Dino, o instituto firmou com a prefeitura um contrato de R\$ 380 mil em setembro de 2025.

Na decisão de terça-feira, Dino também citou a atuação do irmão de Mendonça, Alexandre Mendonça, na Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo (SP Regula), onde atua na área funerária e cemiterial.

TSE

Mendonça rejeita ação contra reajuste do Bolsa Família

O ministro André Mendonça, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), rejeitou ontem ação protocolada pelo deputado Zé Trovão (PL-SC) questionando o reajuste para os benefícios do programa Bolsa Família.

A ação foi rejeitada por motivos processuais. Desta forma, não foi analisado o mérito.

No entendimento do ministro, não é legítimo que um candidato a deputado federal apresente uma ação contra um candidato à Presidência da República, pois os dois cargos são disputados em circunscrições eleitorais diferentes (concorrem em territórios distintos, um nacional e outro estadual).

O benefício pago pelo programa Bolsa Família será reajustado em 15%. O aumento

corresponde à variação inflacionária registrada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) entre março de 2023 e agosto de 2026. Com isso, o valor mínimo do benefício ficará em R\$ 691. Já o valor médio pago chegará a R\$ 777.

A atualização dos valores está prevista na legislação do Bolsa Família e busca preservar o poder de compra das famílias beneficiárias, de acordo com o governo.

Mais cedo, a Advocacia-Geral da União (AGU) informou que o reajuste do Bolsa Família está amparado na legislação por se tratar de um programa permanente. Segundo o órgão, os benefícios não são corrigidos desde a criação do novo modelo do programa, em 2023.

STF

Gilmar critica condução do caso Master por Fux na Segunda Turma

FELIPE PONTES/ABRASIL

O ministro Gilmar Mendes, decano do Supremo Tribunal Federal (STF), formalizou em ofício, ontem, questionamentos sobre a condução, na Segunda Turma da Corte, da decisão sobre o afastamento do diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues.

O decano acusou uma "condução indevida dos trabalhos" pelo presidente da Segunda Turma, ministro Luiz Fux, devido ao tempo exíguo, de 22 minutos, entre a comunicação ao gabinete da convocação e o início de uma sessão do colegiado para referendar a decisão de Mendonça.

"Não é razoável esperar que, nesse intervalo, um julgador examine os autos, compreenda a extensão da medida

e forme convicção segura sobre a sua legitimidade", escreveu Mendes no ofício enviado a Fux.

Andrei foi afastado do cargo em 8 de setembro pelo ministro André Mendonça, em decisão monocrática no âmbito da Operação Compliance Zero, que apura a corrupção de agentes públicos e fraudes financeiras bilionárias supostamente praticadas pelo ex-banqueiro Daniel Vorcaro, dono do antigo Banco Master.

O delegado acabaria restituído ao cargo no dia seguinte, por decisão do também ministro Flávio Dino.

Entretanto, no mesmo dia do afastamento, a decisão de Mendonça foi levada a referendo na Segunda Turma, da qual ele faz parte junto com Fux, Kássio Nunes Marques e Dias Toffoli, além

do próprio Gilmar Mendes.

Segundo o ofício do decano, seu gabinete recebeu apenas às 9h38 o comunicado oficial sobre a realização de sessão extraordinária da Segunda Turma às 10h. Mendes pediu vista (mais tempo de análise) assim que o julgamento foi aberto.

"Na realidade, pela própria dinâmica dos acontecimentos, surge evidente que, no momento em que o feito foi incluído em pauta, já existia prévio ajuste – não comunicado a parcela dos demais colegas integrantes do colegiado – entre Vossa Excelência, Ministro Luiz Fux, e o Ministro André Mendonça", acusou Gilmar Mendes.

Mesmo com a vista pedida pelo decano, Fux e Marques anteciparam seus votos, às 10h04, no sentido de manter a decisão

de afastar Andrei Rodrigues da chefia da PF.

"Nesse sentido, a designação de sessão por entendimento reservado entre a Presidência e o Relator, à margem dos demais membros, desconsidera a lógica constitucional e regimental, convertendo a Presidência em instrumento de aceleração de uma tese, quando deveria ser garantia de igualdade entre todos os julgadores", acrescentou Mendes.

O ofício enviado por Mendes não possui efeito prático, servindo apenas para formalizar os questionamentos sobre a isenção de Fux na condução dos trabalhos na Segunda Turma. O decano solicitou que todos os ministros do colegiado sejam tratados de forma equânime, "sem inclinação por qualquer deles".



STF

FELIPE PONTES/ABRASIL

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, retirou da pauta da sessão plenária da próxima quarta-feira o julgamento de um pedido de investigação sobre a condução dada pelo ministro André Mendonça como relator do caso Master na Corte, que foi desencadeado pela Operação Compliance Zero.

Fachin tomou a decisão depois da sessão extraordinária da última terça-feira, quando o decano do STF, ministro Gilmar Mendes, levantou uma questão de ordem em julgamento sobre a abertura ou não de uma investigação sobre o suposto elo entre o ministro Alexandre de Mores e o ex-banqueiro Daniel Vorcaro, antigo dono do Banco Master.

Na Compliance Zero, a Polícia Federal (PF) apura a corrupção de agentes públicos e fraudes financeiras bilionárias supostamente praticadas por Vorcaro.

Para Gilmar Mendes, os dois pedidos de investigação são correlatos e devem ser julgados em conjunto. O plenário começou a votar a proposta, mas o julgamento acabou interrompido por um pedido de vista (mais tempo de análise) do ministro Flávio Dino, quando o placar estava em 4 a 3 para que os processos fossem julgados em separado.

Ao desmarcar, nesta quinta, o julgamento sobre a atuação de Mendonça, Fachin escreveu que tomou a medida devido à "direta relação" deste processo com ponto levantado na questão de ordem.

"A inclusão em pauta será oportunamente redesignada", afirmou o presidente do Supremo.

A iniciativa de marcar o pedido de investigação contra Moraes primeiro, na sessão extraordinária da última terça,

partiu de Fachin, que ao mesmo tempo marcou o processo contra Mendonça para o dia 23.

Na semana passada, o presidente do STF negou um pedido de Moraes para que os dois casos fossem julgados juntos. O ministro alega que a análise sobre desvios na relatoria de Mendonça tem efeito direto na análise sobre seu caso.

ENTENDA

O STF entrou em uma crise institucional sem precedentes desde que Mendonça, na condição de relator do caso Master, levantou o sigilo, em 1º de setembro, sobre um relatório da PF com 52 mensagens que os investigadores dizem ter sido enviadas por Vorcaro a Moraes.

Nas mensagens, Vorcaro aparenta ter relação próxima com Moraes, a quem diz ter enviado para apreciação a cópia de um contrato de R\$ 131 milhões do Master com o escritório da advogada Viviane Barci de Moraes, esposa do ministro.

Em outro trecho, o ex-banqueiro parece buscar informações sobre uma operação iminente para prendê-lo. As mensagens foram trocadas entre 2023 e 17 de novembro de 2025, quando Vorcaro foi de fato preso. As respostas do interlocutor não puderam ser recuperadas, informaram os investigadores.

Na sessão plenária de terça, Moraes voltou a afirmar que nunca manteve diálogo com Vorcaro e que não há provas de que as supostas mensagens foram de fato enviadas ou se, por exemplo, não foram apagadas antes da visualização.

Durante a sessão, Moraes bateu boca com Mendonça, a quem acusou de ter encomendado a inclusão de seu nome em eventual delação premiada de Vorcaro, por motivações políticas. Mendonça respondeu que a acusação é mentirosa.

PGR

Gilmar Mendes critica exposição de Gonet no caso Master por Mendonça

FELIPE PONTES/ABRASIL

O ministro Gilmar Mendes, decano do Supremo Tribunal Federal (STF), criticou ontem a exposição do nome do procurador-geral da República, Paulo Gonet, no âmbito das investigações do caso Master pelo ministro André Mendonça.

Antigo relator do caso Master no Supremo, Mendonça rebateu o decano por meio de nota divulgada pela assessoria da Corte, afirmando que Gilmar Mendes manifesta indignação "de forma seletiva".

Em seu perfil verificado na rede social X, Gilmar Mendes afirmou que Gonet "tem reputação ilibada e vida pública de lisura insuspeita", mas que teve "a honra injustamente mancha-

da" pela exposição de seu nome em um relatório da Operação Compliance Zero, que apura a corrupção de agentes públicos e fraudes financeiras bilionárias supostamente praticadas pelo ex-banqueiro Daniel Vorcaro, antigo dono do Banco Master.

O decano destacou que o próprio Mendonça afirmou, em sessão do STF na última terça-feira, a lisura de Gonet e disse não haver nada contra o PGR nas investigações do caso Master. "Então por que expor? Quem atesta a honra de alguém só depois de tê-la arrastado pela praça pública não está corrigindo um erro: está confessando que ele era evitável".

"E não foi só isso. A intenção de lucrar politicamente com o episódio ficou escancarada

quando o relator fez publicar vídeo nas redes sociais agradecendo o apoio popular. Apoio a quê, exatamente? A um ato que ele mesmo admitiu não ter fundamento contra a pessoa exposta? Quem age assim não é magistrado imparcial: é boneco de campanha, um pixuleco eleitoral", acrescentou o decano do Supremo.

ENTENDA

Na condição de relator do caso Master no STF, o ministro André Mendonça levantou em 1º de setembro o sigilo sobre um relatório parcial da Operação Compliance Zero segundo o qual Vorcaro enviou 52 mensagens ao ministro do STF Alexandre de Moraes.

Em uma das mensagens, de-

monstrando preocupação com operações iminentes da PF, Vorcaro indaga a Moraes se "não podemos reverter isso com Paulo e Andrei", mostra trecho do relatório.

Para os delegados responsáveis pela Compliance Zero, tratam-se de Paulo Gonet e Andrei Rodrigues, diretor-geral da Polícia Federal (PF). Gonet também aparece em conversas de Vorcaro com o advogado Ciro Soares.

O Conselho Superior do Ministério Público Federal marcou para o próximo dia 25 de setembro uma reunião para debater se as menções ao nome de Gonet no relatório da PF compromete de alguma maneira sua imparcialidade na condução do caso Master

CONDOMÍNIOS

STJ suspende processos sobre aluguel de temporada

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu suspender todos os processos que discutem a necessidade de proibição expressa por parte de condomínios que queiram impedir locação de curta temporada contratada por meio de plataformas digitais. A decisão é de maio, mas foi divulgada ontrm pelo

tribunal.

A medida vale para todos os processos individuais e coletivos que tramitam no país. A liberação dos casos para julgamento ocorrerá somente após o STJ definir a tese de recurso repletivo sobre a matéria.

Não há prazo para a decisão. O entendimento que será firma-

do deverá ser aplicado em todos casos semelhantes que estão em tramitação.

O STJ vai definir se as cláusulas condominiais que definem a destinação residencial dos apartamentos são suficientes para proibir o aluguel temporário pelas plataformas ou se é necessária a proibição expressa.

Em decisões recentes, o tribunal já decidiu, em casos individuais, que os condomínios podem proibir os proprietários de efetivar esse tipo de aluguel.

Em um dos casos julgados, um apartamento estava sendo usado como hospedagem, conduta proibida pela convenção interna do edifício.

APOIO AO GENOCIDA

Trump volta a negar vistos a delegação palestina para ONU

O governo do presidente dos EUA, Donald Trump, negou novamente vistos a uma delegação palestina de alto nível para participar da reunião anual de líderes mundiais na Assembleia Geral da ONU, pelo segundo ano consecutivo.

O Departamento de Estado americano informou ontem que autoridades palestinas, incluindo o presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, não teriam cumprido compromissos assumidos em acordos anteriores para buscar a paz com Israel. Em nota, o governo americano afirmou que a Autoridade Palestina continuou a promover ações legais contra Israel na Corte Internacional de Justiça (CIJ) e no Tribunal Penal Internacional (TPI) e manteve o pagamento de estipêndios a famílias de presos condenados por ataques contra israelenses. O comunicado também mencionou integrantes ligados à Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

"Como consequência do fracasso em reformar, em desacordo com seus compromissos com os Estados Unidos, e de suas atividades contínuas que minam as perspectivas de paz, estenderemos sanções que negam vistos a membros da OLP e a autoridades da Autoridade Palestina", disse o departamento, citando legislação americana em vigor.

A medida reforça a política de restrições de visto do governo Trump e sinaliza a proximidade

com Israel, que enfrenta isolamento internacional por causa da guerra em Gaza iniciada após os ataques de 7 de outubro de 2023, atribuídos ao Hamas. Um cessar-fogo frágil mediado pelos EUA entrou em vigor em outubro, mas Israel continuou realizando ataques no território palestino.

O episódio também ocorre enquanto Washington conduz uma campanha para enfraquecer o TPI, acusando a corte de tentar processar injustamente militares americanos e israelenses por supostos crimes no Afeganistão, no Iraque e em Gaza. EUA e Israel não são membros do tribunal.

Apesar da negativa, os palestinos serão representados na reunião de alto nível da próxima semana por diplomatas já credenciados na ONU. No ano passado, Abbas participou por vídeo.

Paralelamente, Israel abrirá licitação para mais 2.167 unidades em um projeto de assentamento na Cisjordânia conhecido como E1, elevando o total para 3.401 moradias. Críticos dizem que o empreendimento, em área a leste de Jerusalém, dividiria a Cisjordânia e inviabilizaria um futuro Estado palestino. Um porta-voz de Abbas condenou a expansão como violação do direito internacional; o gabinete do premiê Benjamin Netanyahu não comentou. O projeto esteve congelado por anos devido a pressão dos EUA contra os assentamentos ilegais.

PENTÁGONO

Lockheed Martin firma acordo para acelerar produção do míssil

A Lockheed Martin assinou um acordo com o Departamento de Guerra dos Estados Unidos para produzir e entregar com mais rapidez seus mísseis de "superioridade aérea", segundo comunicado divulgado ontem.

A empresa informou que o entendimento envolve o AIM-260 Joint Advanced Tactical Missile, arma compatível com diferentes aeronaves da Força Aérea e da Marinha americanas. De acordo com a Lockheed, o míssil tem maior alcance e é mais eficaz do que os armamentos ar-ar atualmente

em uso.

Segundo a companhia, o acordo serve como base para um contrato de aquisição plurianual, que ainda depende de aprovação do Congresso. A Lockheed afirma que um contrato de vários anos daria previsibilidade de demanda no longo prazo, permitindo fortalecer e ampliar a base industrial de defesa ligada ao programa.

A empresa disse ainda que apoiará os investimentos necessários para viabilizar o aumento do ritmo de produção previsto no acordo.

PROTESTOS

Congresso da Bolívia prorroga estado de exceção por 90 dias

A Assembleia Legislativa da Bolívia aprovou na madrugada de ontem, a prorrogação por 90 dias do estado de exceção, a pedido do presidente Rodrigo Paz, em meio ao aumento do descontentamento social e ao temor de novos conflitos.

Na sessão, iniciada na quarta-feira à tarde, os ministros da Defesa, Ernesto Justiniano, e do Governo, Marco Antonio Oviedo, defenderam a extensão da medida até a segunda semana de dezembro. Eles citaram como referência as manifestações que duraram mais de 50 dias, entre maio e junho, e que, segundo o governo, sufocaram principalmente La Paz e a vizinha El Alto.

Em junho, durante aqueles protestos, Paz decretou um estado de exceção por 90 dias que

proibiu bloqueios de ruas e estradas e autorizou que as Forças Armadas apoiassem temporariamente a polícia para "recuperar a ordem, liberar as vias e proteger a população".

Ao falar ao plenário, Oviedo alertou para uma possível retomada articulada de bloqueios, marchas, paralisações e concentrações, com risco de afetar setores considerados estratégicos, como combustíveis, alimentos, medicamentos, oxigênio e infraestrutura crítica.

Apesar do estado de exceção, os protestos continuaram. No centro do país, produtores de coca e camponeses realizaram marchas recentes, enquanto professores e idosos protestaram cobrando uma solução rápida para a crise econômica.

DISCURSO NA ONU

Lula pode se encontrar com prefeito de NY nos EUA

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) divulgou ontem os detalhes da viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a 81ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York (EUA), na semana que vem.

Uma das expectativas é sobre o possível encontro de Lula com o prefeito da cidade, Zohran Mamdani, que tomou posse no início deste ano.

O prefeito novaiorquino é descendente de imigrantes e se tornou o primeiro muçulmano a ocupar o cargo. Ele se considera socialista e é favorável a temas como a causa Palestina, a ampliação da moradia acessível, o congelamento de aluguéis, a gratuidade do transporte público e a criação de políticas voltadas à redução do custo de vida, numa das cidades mais caras do planeta.

O Palácio Itamaraty informou haver um pedido de encontro bilateral da parte do prefeito, bem como uma lista de

outros pedidos, mas a reunião ainda não está oficialmente confirmada do lado brasileiro.

DISCURSO

Lula e sua comitiva desembarcam em Nova York no próximo domingo. No dia seguinte, o presidente brasileiro terá sua agenda dedicada a encontros bilaterais com autoridades e chefes de Estado.

Na terça-feira (22), Lula se encontra com o secretário-geral da ONU, António Guterres, e em seguida comparece ao plenário da ONU onde fará o pronunciamento de abertura da Assembleia Geral, que tradicionalmente cabe ao presidente brasileiro. O tema deste ano é "Restaurando a confiança, administrando transformações: uma ONU que produza resultados para todos".

O conteúdo do discurso de Lula ainda está sendo elaborado, mas o presidente deverá reforçar posições históricas do Brasil em defesa da reforma da ONU, defesa do multilateralismo, promoção da paz e da cooperação bilateral, além do combate à pobreza e à fome.

EUA

Trump manipula sistema de votação para confundir eleitores

Uma onda inédita de redistributamento no meio da década para a Câmara dos Representantes dos EUA alterou os distritos eleitorais de cerca de um décimo da população e mudou de forma relevante a composição de ao menos um quinto dos distritos, segundo um novo estudo.

Relatório da organização Protect Democracy aponta que 34,8 milhões de pessoas - aproximadamente 1 em cada 10 americanos - agora vivem em um distrito diferente daquele em que estavam no ciclo eleitoral de 2024. O estudo também estima que cerca de um quinto da população mora hoje em distritos onde mais de um quarto dos eleitores é "novo" em relação ao ciclo anterior.

Segundo o levantamento, a disputa partidária por mapas eleitorais, impulsionada no ano pas-

sado por iniciativas associadas ao presidente Donald Trump, levou a uma reconfiguração ampla em vários estados. As novas linhas estariam sendo desenhadas cada vez mais para favorecer interesses partidários, em detrimento de critérios como geografia e comunidades com vínculos comuns, alimentando preocupações acadêmicas sobre impactos na democracia em um ambiente político altamente polarizado.

"Se essa tendência continuar, fica em dúvida se autoridades eleitas ainda representam seus eleitores ou se os votantes estão sendo 'escolhidos' por quem desenha os mapas para extrair vantagem partidária", disse Ben Raderstorf, da Protect Democracy e coautor do estudo.

A batalha começou quando Trump incentivou o Legislativo

do Texas, controlado por republicanos, a redesenhar o mapa para beneficiar o partido. O movimento provocou reação na Califórnia, que aprovou em referendo mudanças para favorecer democratas. Outros estados seguiram o exemplo, e o relatório afirma que os republicanos podem conquistar até nove cadeiras adicionais por causa do redistributamento.

O estudo alerta que essas táticas reduzem a confiança nas eleições, protegem incumbentes contra oscilações de opinião pública e dificultam a organização política, o que pode aprofundar a polarização. Também aponta risco de um "ciclo vicioso", em que os dois partidos adotem medidas cada vez mais agressivas e frequentes para não ceder terreno.

Em estados como Missouri, o

um breve contato, quando Lula deixava o palco após seu discurso e Trump se preparava para falar. Na ocasião, o encontro causou boa impressão nos dois presidentes e Trump posteriormente falou em "química excelente" entre eles. Foi o primeiro de três encontros entre os dois líderes desde então.

O MRE confirmou que a comitiva brasileira será composta pelo chanceler Mauro Vieira e os ministros Esther Dweck (Gestão e Inovação em Serviços Públicos), Eloy Terena (Povos Indígenas) e Rachel Barros de Oliveira (Igualdade Racial).

Ainda em Nova York, Mauro Viera deverá presidir uma reunião da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, iniciativa lançada pelo Brasil durante a presidência brasileira do G20, em 2024, para articular governos, organismos internacionais, instituições financeiras e organizações da sociedade civil em torno do enfrentamento da miséria e da fome em larga escala.

Atualmente, a Aliança reúne mais de 215 membros, incluindo mais de 100 países

redistributamento gerou confusão sobre em qual distrito o eleitor está e quais candidatos aparecerão na cédula de novembro. Após decisões conflitantes em instâncias inferiores, a Suprema Corte bloqueou na semana passada novos distritos no estado apoiados por Trump, que haviam sido usados nas primárias, obrigando o retorno ao mapa anterior para a eleição geral.

O relatório defende reformas para reduzir incentivos a manipulação eleitoral, como representação proporcional ou uma trégua formal entre partidos para implementar mapas não partidários. Nove estados já usam comissões independentes, mas há limites: a Califórnia, por exemplo, suspendeu seu modelo por referendo no ano passado, em resposta ao movimento do Texas.

GUERRA DO CHACO

Bolívia e Paraguai concluem demarcação total da fronteira

Bolívia e Paraguai concluíram na quarta-feira passada a demarcação integral de sua fronteira, encerrando um processo iniciado após a Guerra do Chaco e a assinatura da paz entre os dois países, em 1938.

Em comunicados separados, autoridades informaram que o último trecho pendente foi definido depois de uma reunião de três dias da Comissão Mista Demarcadora de Limites, realizada na chancelaria boliviana, em La Paz.

"Para nós é uma alegria enorme porque mostra a boa vontade que existe entre os dois países para encontrar soluções", disse à Associated Press o vice-chanceler

boliviano, Carlos Paz. Ele afirmou ainda que o Paraguai é o primeiro país com o qual a Bolívia tem as fronteiras totalmente demarcadas "sem problemas". A Bolívia também faz divisa com Argentina, Brasil, Chile e Peru

O segmento final ficava em uma divisão natural entre os países, no rio Negro, também conhecido como Otuquis. A área está no sudeste boliviano e integra a planície alagável do Pantanal, compartilhada por Brasil, Bolívia e Paraguai. Segundo o vice-chanceler, os últimos 3,5 quilômetros foram resolvidos durante a plenária em La Paz com apoio de drones de alta precisão e cruzamento de da-

dos técnicos.

A embaixada paraguaia na Bolívia afirmou, em nota divulgada nas redes sociais, que o avanço é resultado de anos de diálogo, cooperação, compromisso técnico e vontade política, com o objetivo de consolidar uma relação baseada em respeito mútuo, confiança e fraternidade entre "nações irmãs".

Com a conclusão, a fronteira entre os dois países soma cerca de 742 quilômetros, dos quais 38 quilômetros correspondem a áreas fluviais. Carlos Paz disse que a demarcação também melhora a capacidade de resposta a incêndios e desastres naturais, ao

facilitar a identificação precisa de locais por meio de marcos.

Bolívia e Paraguai travaram a Guerra do Chaco entre 1932 e 1935, disputando o Chaco Boreal. No conflito, a Bolívia perdeu aproximadamente 235 mil quilômetros quadrados da região.

O vice-chanceler destacou ainda que a relação de amizade e boa vizinhança entre os presidentes Rodrigo Paz (Bolívia) e Santiago Peña (Paraguai) contribuiu para o avanço do processo. Ainda na quarta-feira, o ex-governador de Santa Cruz Luis Fernando Camacho tomou posse como embaixador boliviano no Paraguai.

Nota

TAKAICHI TROCA PARTE DO GABINETE PARA RECUPERAR POPULARIDADE NO JAPÃO

A primeira-ministra do Japão, Sanae Takaichi, promoveu ontem uma reforma ministerial para tentar reverter a queda de popularidade, mas manteve titulares considerados centrais, em meio a pressões do presidente dos EUA, Donald Trump, por mais gastos em defesa, maior investimento japonês nos Estados Unidos e medidas contra a desvalorização do iene. Esta é a primeira grande mudança de gabinete

desde que Takaichi - um nome da ala mais à direita do Partido Liberal Democrata- assumiu em outubro, tornando-se a primeira mulher a liderar o país na história moderna. No Japão, a troca de ministros é uma ferramenta usada para ajustar o equilíbrio interno do partido, sinalizar prioridades e buscar melhora na opinião pública. Após meses de aprovação elevada, impulsionada por um estilo visto como direto e capaz de atrair eleitores mais jovens, Takaichi perdeu apoio ao defender medidas polêmicas, incluindo a manutenção de regras que preveem sucessão masculina na família imperial.